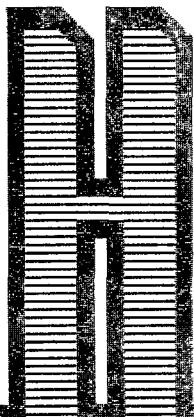




DIÁRIO



República Federativa do Brasil DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXIX — Nº 127

CAPITAL FEDERAL

QUARTA-FEIRA, 10 DE OUTUBRO DE 1984

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 319^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE OUTUBRO DE 1984

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discurso de Expediente

DEPUTADO AGNALDO TIMÓTEO — Nota publicada pelo jornal *Última Hora* de Brasília, do dia 8 do corrente, focalizando o apoio dado por S. Ex^a ao candidato Paulo Maluf.

DEPUTADO JOSE CARLOS TEIXEIRA — Necessidades de mudanças na atual política econômico-financeira. Trabalho da Associação Nacional dos Fabricantes de Ônibus, intitulado "Fim da linha para o Transporte Coletivo".

DEPUTADO JOSE FREJAT — Críticas ao procedimento adotado pela rede bancária do País, com relação à cobrança de multas.

DEPUTADO INOCÉNCIO OLIVEIRA — Objetivos do Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho para o Município de Petrolina — PE, e toda região do Submédio São Francisco.

DEPUTADO VICTOR FACCIONI — 50^o aniversário da Diocese de Caxias do Sul — RS.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Ingresso do Professor Arnaldo Niskier na Academia Brasileira de Letras.

1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Aprovação, por decurso de prazo, de matéria que menciona

— Convocação de sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.2.3 — Pronunciamentos de Liderança

DEPUTADO HÉLIO MANHÃES — Dinâmica que o candidato Tancredo Neves vem imprimindo à sua campanha presidencial.

DEPUTADO MAÇAO TADANO — Possibilidade de debate a ser realizado pela televisão entre os candidatos à sucessão presidencial.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 3, de 1983-CN, que delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social e da Legislação do Trabalho. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

1.4 — ENCERRAMENTO

2 — ATA DA 320^a SESSÃO CONJUNTA, EM 9 DE OUTUBRO DE 1984

2.1 — ABERTURA

2.2 — EXPEDIENTE

2.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADA IRMA PASSONI — Urgência na autorização pelo Senado, para contratação de empréstimo para construção de hospitais no Estado de São Paulo.

DEPUTADO VALMOR GIAVARINA — Campanha da sucessão presidencial.

DEPUTADO WILMAR PALIS — Majoração dos preços dos produtos farmacêuticos. Ingresso do jornalista Walter Fontoura no jornal *Última Hora*.

DEPUTADO DENISAR ARNEIRO — Palestra proferida por S. Ex^a na ABNT, por ocasião do I Se-

minário de normalização de transportes, recentemente, realizados em São Paulo.

DEPUTADO JOSÉ TAVARES — Considerações sobre a fabricação e exportação de armamentos pelo País.

DEPUTADO JOSÉ FOGAÇA — Campanha da sucessão presidencial.

DEPUTADO JOSÉ GENOINO — Como Líder — Intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de Itu — SP.

2.2.2 — Comunicação da Presidência
convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, com Ordem do Dia que designa.

2.3 — ORDEM DO DIA

Proposta de Emenda à Constituição nº 9/84, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros na Amazônia Legal. Discussão encerrada, ficando a votação adiada por falta de quorum.

2.4 — PRONUNCIAMENTO DE LIDERANÇA

DEPUTADO PAULO MINCARONE — Comportamento assumido pelo Deputado Adail Votorazzo quando da apreciação de Emenda Dante de Oliveira.

2.5 — ENCERRAMENTO

3 — DISCURSO PROFERIDO EM SESSÃO ANTERIOR

do Sr. Nelson Marchezan, pronunciado em sessão conjunta de 3-10-84.

4 — RETIFICAÇÃO

Ata da 300^a sessão conjunta, realizada em 1º-10-84.

5 — ATA DE COMISSÃO

AIMAN GUERRA NOGUEIRA DA GAMA
Diretor-Geral do Senado Federal

ALOISIO BARBOSA DE SOUZA
Diretor Executivo

LUIZ CARLOS DE BASTOS
Diretor Industrial

RUDY MAURER
Diretor Administrativo

E X P E D I E N T E
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre	Cr\$ 3.000,00
Ano	Cr\$ 6.000,00

Exemplar Avulso: Cr\$ 50,00

Tiragem: 2.200 exemplares

Ata da 319ª Sessão Conjunta, em 9 de setembro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

*Presidência do Sr. Lenoir Vargas***ÀS 11 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:**

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Lou-rival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Aacyaba — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Afonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

E OS SRS. DEPUTADOS:**Acre**

Alécio Dias — PDS; José Mello — PMDB; Nossa Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Josué de Souza — PDS; Randolfo Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

Rondônia

Assis Canuto — PDS; Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB.

Pará

Ademir Andrade — PMDB; Brabo de Carvalho — PMDB; Gerson Peres — PDS; Jorge Arbage — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Bayma Júnior — PDS; Cid Carvalho — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; José Burnett — PDS; José Ribamar Machado — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Heráclito Fortes — PMDB; Jornatas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Moraes — PMDB; Flávio Marçilio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Antônio Câmara — PMDB; Jessé Freire — PDS; João Faustino — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; Raymundo Asfora — PMDB; Tarçisio Buriti — PDS.

Pernambuco

Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Inocêncio Oliveira — PDS; João Carlos de Carli — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Francisco Rollemburg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Felix Mendonça — PDS; França Teixeira — PDS; Genebaldo Correia — PMDB; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Prisco Viana — PDS.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Pedro Ceolim — PDS.

Rio de Janeiro

Abidas Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Amaral Netto — PDS; Brandão Monteiro — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Denis Arneiro — PMDB; Figueiredo Filho — PDS; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Maria Magalhães — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Mário Assad — PDS; Melo Freire — PMDB; Nilton Velloso — PDS; Paulino Cicerio de Vasconcellos — PDS; Pimenta da Veiga — PMDB; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Francisco Amaral — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Raimundo Leite — PMDB; Roberto Rollemburg — PMDB; Tidei de Lima — PMDB.

Goiás

Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Harry Amorim — PMDB; Ruben Figueiró — PMDB.

Paraná

Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kfufri — PDS; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Césario — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephanes — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Epitácio Bittencourt — PDS; Ivo Vanderlinde — PMDB; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Emídio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; João Gilberto — PMDB; Jorge Uequed — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Rosa Flores — PMDB; Siegfried Heuser — PMDB; Sinval Guazzelli — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 173 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores para o período de breves comunicações. Concedo a palavra ao nobre Deputado Agnaldo Timóteo.

O SR. AGNALDO TIMÓTEO (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Jornal *Última Hora* de Brasília, edição de ontem, publicou nota em que me qualifica como o ponta de lança do Deputado Paulo Maluf. A nota declara ainda que eu

gostaria com dossiês de personalidades ligadas à Frente Liberal para denunciá-las em todo o Brasil. Não tem absolutamente o menor fundamento a notícia. Não sou crocodilo, nem sou covarde. Quando tenho de fazer qualquer tipo de pronunciamento contra quem quer que seja, uso a tribuna da Câmara. Realmente, estarei viajando hoje para Belém e, posteriormente, para todas as Capitais dos Estados, onde pedirei que me apontem as irregularidades do Sr. Paulo Maluf, tão denunciadas e jamais provadas. Farei desafios àqueles que estão ligados a outra candidatura, que eles têm como redentora, apesar das ligações fisiológicas e bastante covardes.

Sr. Presidente, no domingo passado, assisti a noticiário da televisão em que fui apontado pelo Líder do PDT como pessoa saída dos mocambos do Sr. Mariel Mariscott, que teria brigado com jornalistas no Comitê de Imprensa da Câmara Federal. Igualmente não tem o menor fundamento essa afirmação. É verdade, tive desentendimento com três profissionais, no máximo quatro, da imprensa que, articulados com o auxiliar de liderança e mais alguns Deputados do PDT do Rio Grande do Sul, armaram-me uma casinha de caboclo. E eu, na minha pura ingenuidade, crendo que todas as pessoas são decentes, entrei pelo cano. Fui lá, havia uma armadilha e tive, lamentavelmente, um infeliz desentendimento com alguns profissionais da imprensa. Mas seria bom registrar que também na imprensa existem pessoas independentes, imparciais, pessoas intocáveis, como também existem pessoas comprometidas; são poucas, mas estão por aí em todo o Brasil.

Sr. Presidente, é da maior importância fazer este esclarecimento. A impressão que se tem é a de que as pessoas, na impossibilidade de combaterem as minhas denúncias, as minhas verdades, tentam denegrir a imagem de uma pessoa que veio de berço modesto, mas com a maior dignidade. Em momento algum este Deputado usou de um ato de covardia nesta Casa. Quando fiz, daquela tribuna, sugestões para que se investigassem alguns crimes ocorridos no passado, não era segredo, porque são assuntos do domínio público. O *Coo-Jornal*, de Porto Alegre, já havia publicado aquela matéria com grande destaque. Apenas falei da tribuna da Câmara sobre algo que algumas pessoas não gostariam de ouvir. Não costumo usar as sombras, não uso do anonimato nem sou um covarde; quando tenho de apresentar denúncias, faço-o daqui da tribuna da Câmara, com o maior respeito e nobreza. Já que o Líder do PDT me acusou de ser informante de órgãos de segurança, gostaria de lhe dizer que as informações que tenho vêm do próprio PDT — e é exatamente S. Ex^a quem, neste momento, está muito comprometido com pessoas não muito recomendáveis no Rio de Janeiro. Agnaldo Timóteo não; Agnaldo Timóteo vai primar sempre pela decência e pelo respeito a todos os Parlamentares e a todos os profissionais da imprensa, desde que o mereçam, porque, lamentavelmente, nem todos a isso fazem jus.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Carlos Teixeira.

O SR. JOSÉ CARLOS TEIXEIRA (PMDB — SE. Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, ao longo deste Governo, nós, da Oposição, temos proclamado constantemente o nosso brado de alerta, diante da atual política econômico-financeira, em relação aos salários, demonstrando que a perda constante do poder aquisitivo do trabalhador levaria a uma situação de impasse e de agravamento do quadro social. Hoje, estamos verificando que tudo sobre que alertamos está a acontecer. A atual mudança da Lei nº 2.065, que nós condenamos, porque sabíamos, àquela época, que ela não representava, em hipótese alguma, os objetivos fundamentais do desenvolvimento interno, da ampliação do mercado interno e, o que é pior, das necessidades básicas de cada família para a sua sobrevivência. Hoje, constata-se rigorosamente que a sua mudança, ora em

tramitação no Senado Federal, ainda não alcançará resultado satisfatório. Só o novo Governo, com reformas imprescindíveis de estrutura, de mudança de toda a política econômico-financeira, sem se apegar apenas a um setor para deixar outros tantos de lado, postergados, é que poderá alcançar os resultados desejados em favor do povo brasileiro, ampliando o seu poder aquisitivo e o mercado interno.

Constata-se abertamente esse fato pelo desespero dos assalariados, que não têm como deslocar-se de suas casas para o trabalho, diante do crescimento permanente das tarifas de transporte. Por sua vez, também as empresas concessionárias padecem do problema de mutação constante da composição dos seus custos, que se baseia no preço de combustíveis e dos insumos de manutenção periodicamente aumentados.

Ademais, acresce seus custos o preço, sempre em franca elevação, das frotas rodoviárias, cuja renovação se faz necessária para o eficiente atendimento dos usuários, com o mínimo de respeito a eles.

Então, constata-se hoje que estamos, nas duas pontas, a verificar que há uma distorção cada vez maior a se ampliar. Por esta razão, Sr. Presidente, neste instante, incorpoço ao meu pronunciamento, com a permissão de V. Ex^a, o trabalho cujo título é o “Fim da Linha Para o Transporte Coletivo”, da lavra do Presidente da Associação dos Fabricantes de ônibus, Sr. Cláudio Regina. Nele S. Ex^a procede a uma análise profunda do problema do preço das passagens, como se pode verificar, por exemplo, em Aracaju, cujo quadro vai anexo ao artigo. É um demonstrativo de quanto as empresas e os usuários estão a perder, levando a um impasse definitivo da situação. Nós defendemos um mecanismo de assistências às populações, na defesa permanente das duas partes. Verifica-se, então, que, sem uma mudança profunda dessa política econômico-financeira, vai continuar o desespero dos dois setores, dos usuários e dos proprietários de transportes coletivos. Esse quadro mostra efetivamente que essa política não atende nem a um, nem a outro lado, mas causa danos profundos à sociedade brasileira. É pois, urgente e necessária uma mudança.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A solicitação de V. Ex^a será atendida na forma regimental, isto é, os Srs. Deputados estão inteiramente a par de que as matérias cuja transcrição solicitam têm de se enquadrar nos cinco minutos de que dispõe o orador.

DOCUMENTO REFERIDO PELO ORADOR
“FIM DA LINHA PARA
O TRANSPORTE COLETIVO

A FABUS vem denunciando exaustiva e cansativamente nos últimos 4 anos a situação preocupante em que está sendo colocado o sistema nacional de transporte coletivo principalmente urbano.

Tornou-se uma rotina no Brasil os aumentos mensais do óleo diesel a níveis elevados e insuportáveis. O aumento semestral dos salários necessários a enfrentar uma inflação galopante de mais de 200% ao ano e os aumentos mensais dos insumos básicos para operar uma empresa de transporte coletivo de passageiros.

A necessidade imperiosa de atualizar os preços das passagens, chocou-se com a vontade política de praticar uma tarifa social criando-se um impasse de difícil solução, o que teve como consequência a descapitalização completa do setor, a deterioração dos serviços prestados à população e a impossibilidade financeira de renovar e ampliar as frotas de ônibus.

O resultado disso tudo é a queda de 57,8% na produção de ônibus de 1981 a 1984, e a fabricação de 6.000 por ano, com uma frota nacional de 130.000 ônibus, o que demonstra a renovação de 5% apenas (seriam necessários vinte anos para trocar a

frota a níveis normais de vida útil) e a dispensa de 6.500 empregados e mais de 100.000 empregos se considerarmos o grande número de micro e pequenas empresas que encerram suas atividades em função desse violento decréscimo de produção das fábricas de ônibus, e o fato inusitado de, no País em que 85% da locomoção de pessoas é feita por ônibus, existe hoje uma fábrica das mais tradicionais em regime de falência, outra em regime de concordata e quatro fábricas desativadas sendo uma delas a única localizada na área do Nordeste (SUDENE) e a outra localizada em Betim (MG).

Aliás, no País dos ônibus, tinhámos doze fábricas e hoje temos só quatro. Este nosso desabafo é motivado justamente pelo comunicado de suspensão das

atividades fabris da fábrica de ônibus urbano da Marco Polo Minas S.A. em Betim (MG), que por falta absoluta de encomendas decidiu concentrar sua produção em sua sede em Caxias do Sul, da mesma forma que a CAIO concentrou três fábricas em apenas uma, hoje sediada em Botucatu. Oportuno, aliás, que todos os responsáveis pelo transporte coletivo no Brasil leiam com atenção o comunicado daquela associada publicado no jornal, **O Estado de Minas**, em 04.09.84, para verificar a gravidade da situação.

Ali é apontado o volume de produção de ônibus urbano no Brasil, de 6.578 em 1981, de 5.208 em 1982, de 4.265 em 1983 e apenas 1.676 nos primeiros seis meses de 1984.

E assim assistimos ao enervante, "tic-tac" da verdadeira bomba de retardamento armada neste País, que estourará quando o ônibus mais caro do mundo for retirado de circulação, que é, "aquele que deixa de existir".

Que cada um assuma a seu nível de ação e dentro de sua área de influência as responsabilidades inerentes a esta caótica situação.

— FABUS —
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DOS FABRICANTES DE ÔNIBUS
Cláudio Regina
Presidente”

QUATRO DEMONSTRATIVO DOS CUSTOS FIXO E VARIÁVEL EM FUNÇÃO DA TARIFA

C U S T O S	MIGOR CORRENTE DEZ. 1981	VALOR EM FEVEREIRO DE 1982, Q. 1, 100% A 25% ACIMA DE 1981
Combustíveis, lubrificantes e adit., m -----	124,35	145,07
Páginas e Acessórios -----	21,31	24,75
Depreciações -----	26,94	24,43
Administração de Créd. -----	9,76	17,21
Transportes, viagens e diárias -----	12,43	17,00
Aluguel de equipamentos -----	1,11	1,64
Outros -----	-----	-----
T O T A L S -----	211,60	

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Com a palavra o nobre Deputado José Frejat.

O SR. JOSÉ FREJAT (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, neste País, há determinados organismos, determinadas pessoas que são privilegiadas. Os bancos no Brasil são focos de privilégios de benefícios, que o Governo Federal, através do Banco Central, tem propiciado à revelia do povo brasileiro e em seu prejuízo. Se depositamos uma importância no banco, hoje, eles exigem um determinado limite. Se a pessoa não movimenta esta conta durante um determinado período, eles cobram arbitrariamente uma multa. Se queremos um talão de cheques, temos de pagá-lo. Antigamente, os bancos pagavam juros pelos depósitos que eram feitos; hoje, cobram uma taxa de multa. Já dizia muito bem o Sr. Antônio Ermírio de Moraes, grande empresário brasileiro, com muita justiça: "Qualquer dia, vou deixar de trabalhar e ser banqueiro". Os banqueiros trabalham com o dinheiro alheio com o dinheiro do povo; ganham rios de dinheiro, nesta República de banqueiros. Influenciam o Banco Central, que com eles acumplicia, para legislar à revelia do Congresso Nacional e em favor dos banqueiros, dando-lhes mais benefícios e mais lucros. As reclamações são muitas, não só dos depositantes. Aqui temos um caso de um depositante, que abriu uma conta com 10 mil cruzeiros e ficou algum tempo sem movimentá-la.

O banco descontou-lhe Cr\$ 9.750,00. Deixou-lhes apenas Cr\$ 250,00, dos Cr\$ 10.000,00 que havia, na sua conta. Havia um dispositivo do Banco Central que estabelecia que o banco podia cobrar uma multa de 3% do maior valor de referência, que corresponderia a Cr\$ 1.460,00. Hoje, ele não existe mais, nem essa legislação. O Banco Central é uma agência dos banqueiros e está cada vez mais concedendo privilégios aos bancos, em detrimento da população. Isto é um absurdo. Se os dirigentes que-

rem associar-se aos banqueiros, que vão lá e o façam. Eles estão ali para proteger os depositantes e para fiscalizar os bancos, impedindo que vão à falência e enganem as pessoas, que usem os recursos de maneira diferente à lei, e não para se acumpliciarem com eles e promover uma legislação totalmente a favor dos banqueiros. Hoje, eles são duplamente privilegiados, não só ela legislação federal, que sai daqui do Congresso, mas também pela legislação extremamente fértil, que sai do Banco Central. E é nesse sentido que quero dirigir aqui um apelo ao Banco Central: que se comova com a situação de milhares de brasileiros que depositam nos bancos e que estão à mercê dos banqueiros brasileiros e da cumplicidade dos dirigentes do Banco Central.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Inocêncio Oliveira.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (PDS — PE. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, antigo Massangano, da CODEVASF, localizado no Município de Petrolina — Pernambuco, preconiza a irrigação de 24 mil hectares para produção das culturas tradicionais da região, como milho, feijão, cebola e alho, além de outras que jamais haviam sido plantadas na região em escala comercial, como: uva, melão, cana-de-açúcar, pimentão, tomate, cenoura e outras hortaliças. Pela sua área e importância desenvolvimentista deverá consolidar um grande polo agroindustrial naquela área.

Petrolina, constitui-se no maior município em extensão territorial do nosso Estado, cuja cidade é uma das mais importantes do interior de Pernambuco, ribeirinha do Submédio São Francisco, situando-se no centro da região onde menos chove no País, daí notar-se logo a relevância de um projeto de irrigação de tamanho porte.

Em linhas gerais, tem por objetivo, o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho:

1) ampliar a superfície irrigada do Nordeste e contribuir para a elevação dos atuais níveis de produção primária do Submédio do São Francisco, através de modernas técnicas de irrigação e cultivos selecionados, tirando proveito das possibilidades de exportação;

2) fortalecer e consolidar o Pólo Agroindustrial do Submédio São Francisco (Petrolina-Juazeiro) e, por consequência, a economia regional, através da implantação de empresas agroindustriais:

3) aumentar a renda familiar de 1.500 pequenos agricultores, promovendo o seu assentamento em cerca de 40% da área total irrigável; a área restante será distribuída entre médios e grandes produtores;

4) contribuir para a criação de cerca de 85 mil empregos diretos e indiretos, invertendo o processo de migração para áreas urbanas do litoral do Nordeste ou para o Sul;

5) contribuir para o aumento da receita da região, através de arrecadação de impostos, especialmente o ICM;

6) servir como modelo para outros empreendimentos no vale do São Francisco e regiões compreendidas no Polígono das Secas.

Nota-se, pelos seus objetivos, a sua importância para o desenvolvimento daquela área.

Quanto ao valor da produção agrícola, deverá alcançar 89 milhões de dólares por ano, quando estiver plenamente implantado. Visa a aumentar a renda per capita dos agricultores (irrigantes) dos atuais 300 dólares para 2.000 dólares anuais, além de beneficiar um grande contingente de trabalhadores rurais como assalariados.

Localiza-se privilegiadamente o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, pois beneficia-se de excelente infra-estrutura rodoviária, ferroviária, hidroviária, além

de contar com moderno aeroporto aparelhado para receber aeronaves de carga e passageiros com fluxo regular.

O custo de implantação do projeto está estimado em 180 milhões de dólares.

A ocupação do Projeto está sendo feita por pequenos, médios e grandes produtores agrícolas e agropecuários, com espaço para as agroindústrias.

Pelos dados apresentados, nota-se que o Projeto de Irrigação Senador Nilo Coelho, representando 15% do total da área irrigada do Nordeste e mais de 50% da soma da superfície agrícola dos projetos públicos de irrigação em operação no Polígono das Secas, até fins de 1983, tem uma enorme importância na vida econômico-social não só de Petrolina mas de toda a região do Submédio São Francisco.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Victor Faccioni (Pausa).

S. Ex^e encaminha à Mesa discurso, que será publicado na forma regimental.

O SR. VICTOR FACCIONI (PDS — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, há 50 anos, foi elevado à categoria de diocese o atual território integrado pelos Municípios de Caxias do Sul e mais 16 outros pertencentes à região serrana do Rio Grande do Sul. Foi a 8 de setembro de 1934, sendo 1984, portanto, o ano jubilar da diocese hoje sob a orientação do bispo Dom Paulo Moretto, que atende a uma comunidade de 600.000 pessoas, a maioria de origem italiana.

Tem-se feito sentir de maneira notável a evolução da pequena diocese criada por Bula do Papa Pio XI, na década de 30, com a predominância de características rurais, transformada na modelar organização eclesiástica, eminentemente urbana nos dias atuais, dotada de um clero admiravelmente preparado para sua tarefa pastoral e contando com numerosas paróquias, capelas, seminários, colégios e obras de assistência social, funcionando com dinamismo e eficiência sob o estímulo da fé e da solidariedade entre os membros da comunidade católica.

A Diocese de Caxias do Sul tem dado, desde o início, sinais de sua grande vitalidade, expressa pela capacidade, hoje redobrada, de auscultar as tendências sociais e culturais do grande rebanho aos seus cuidados, procurando adaptar a religião às necessidades espirituais dos fiéis. Reside nessa sensibilidade às mudanças e aos novos interesses dos seus paroquianos o segredo do êxito do trabalho desenvolvido pela organização, que comprehende 26 paróquias, onde também existem mais de 700 capelas atendidas por 94 sacerdotes do clero diocesano, 78 sacerdotes religiosos e mais de 700 religiosos de várias congregações ali exercendo sua missão.

A formação religiosa, no território, está a cargo do Seminário Diocesano de Caxias do Sul, responsável pela preparação de todo o clero diocesano e atualmente abrigando 120 seminaristas. Dele tenho grata lembrança, dos anos em que, aluno do curso ginásial, lá estudei.

Há uma preocupação de educar tendo em vista o incentivo ao espírito comunitário, do que vem resultando a organização de muitas Comunidades Eclesiais de Base. Pode-se afirmar que o elemento catalisador de todas essas comunidades é a vivência da fé, da qual deve emanar grande solidariedade no apoio às causas comuns do grupo, como a felicidade e o bem-estar da localidade, da capela, do Município, do Estado e da Pátria. Ao longo destes 50 anos de diocese muitos sacerdotes se destacaram no crescimento religioso de toda a região, porém marcantes foram as presenças dos três bispos diocesanos que coordenaram o trabalho pastoral. Dom José Baréa foi o primeiro bispo. Sagrado no dia 19 de janeiro de 1936, assumiu a diocese no dia 11 de fevereiro de 1936, permanecendo no cargo até sua morte, ocorrida no dia 19 de novembro de 1951. Com a morte de Dom Baréa foi nomeado bispo substituto Dom Benedito Zorzi, no dia 24 de junho de 1952, e assumiu no dia 6 de fevereiro de 1952. No

dia 9 de abril de 1957, assume como bispo auxiliar Dom Cândido Maria Bampi, e no dia 21 de janeiro de 1976 Dom Paulo Moretto foi nomeado bispo coadjutor, que com a renúncia de Dom Benedito, assumiu a diocese no dia 26 de fevereiro de 1983, permanecendo no cargo, como terceiro bispo da diocese de Caxias do Sul.

Congratulo-me com a diocese pelos cinqüenta anos de fecundo trabalho desenvolvido pelos bispos titulares, pelos bispos auxiliares e todo o clero, em perfeita colaboração e comunhão de espírito com a ordeira, operosa e fraterna comunidade leiga de uma das regiões mais prósperas do meu Estado, o Rio Grande do Sul.

No Bispado de Dom Benedito Zorzi, dentre outras realizações, deve-se destacar a criação, sob a iniciativa e responsabilidade da Cúria Diocesana, de diversas escolas de nível superior, como a Faculdade de Economia, onde estudei, a Faculdade de Filosofia e outras, e, por fim, da própria Universidade de Caxias do Sul, que agrupou outras faculdades, criadas por iniciativa de entidades religiosas e entidade civil, que se integram na Universidade, que teve no Bispo Dom Benedito, ao lado do Dr. Virgílio Ramos e outros, um dos maiores incentivadores.

Disse.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, a Academia Brasileira de Letras, a respeitável instituição representativa da nossa intelectualidade, abriga em seu quadro de ilustres membros o Professor Arnaldo Niskier, cujo recente ingresso merece registro e homenagem nesta Casa.

Efetivamente, ao eleger Arnaldo Niskier para ocupar a cadeira número 18, que pertencia a outros brasileiros de grande envergadura, como José Veríssimo, Barão Homem de Melo, Alberto Faria e Peregrino Júnior, a Academia mantém sua tradição, quase secular, de congregar cidadãos que unem ao seu talento nas Letras uma preocupação em preservar os valores fundamentais da cultura nacional e com o futuro das novas gerações.

O Professor Niskier honra essa tradição, como homem profundamente dedicado à Educação, à Cultura, nos seus conceitos mas amplos, referenciando-os aos Direitos Humanos, à Democracia e ao Desenvolvimento.

Arnaldo Niskier desenvolve, há mais de vinte anos, intensa atividade voltada para o Ensino, a Pesquisa, a Ciência e Tecnologia, seja como professor, escritor, jornalista ou administrador na área pública.

Licenciado em Matemática, em 1958, e Pedagogia, em 1962, pela Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, tornou-se Doutor em Educação pela UERJ, com a aprovação no curso para livre docente da cadeira de Administração Escolar e Educação Comparada, em 1964, sendo, desde 1968, Professor Titular de História e Filosofia da Educação, na mesma Universidade. É também professor credenciado pelo Conselho Federal de Educação em Teoria Geral de Administração e Orçamento Empresarial.

Possui quase três dezenas de obras publicadas, cujos títulos leio a seguir. Um verdadeiro patrimônio que nos oferece, com inteligência, visão humanitária e muita clareza das questões do nosso tempo:

- Problemática da Educação Brasileira (Prêmio Gustavo Capanema), 1964.
- Formas Dinâmicas da Universidade (Tese), 1964.
- Formas Dinâmicas da Administração (Tese), 1966.
- Cinco Dias de Junho (co-autor), 1967.
- Por uma Política de Ciência e Tecnologia, 1968.
- Brasil Ano 2.000 (parte de Educação), 1968.
- Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento, 1970.

— Estudos de Problemas Brasileiros (parte de Ciência e Tecnologia), 1970.

— Rio Ano 2.000 (co-autor), 1970.

— O Impacto da Tecnologia (Prêmio Alfredo Jurkowsky), 1972.

— A Nova Matemática (co-autor), 1972.

— Administração Escolar, 1973.

— Aprenda Ciências (co-autor), 1973.

— Educação Comparada Moderna (co-autor), 1973.

— Nosso Brasil — Estudos de Problemas Brasileiros, 1973.

— Estudo Moderno de Ciências (co-autor), 1975.

— O uso de tecnologias educacionais na formação e aperfeiçoamento do magistério (Monografia), ESG, 1976.

— A Nova Escola, 1978.

— Matemática da Emilia (co-autor), 1979.

— Educação, para quê? (prêmio Francisco Alves), 1980.

— O Homem é a Meta, 1979.

— Vovó viu a uva, 1981.

— Educação é a solução, 1981.

— Educação para o trabalho, 1982.

— Educação e Cultura na Imprensa, 1983.

— Educação e Cultura: da teoria à prática, 1983.

— Educação: Reflexão e Crítica, 1983.

São incontáveis as conferências que já proferiu e as participações como representantes do Brasil em eventos culturais de importância, no País e no exterior.

Extenso também o rol de realizações de Arnaldo Niskier, como Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia da Guanabara, no período de 1968/71, como Secretário de Estado de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, de 1979 a 1983, ou no pleno exercício de comunicador e educador emérito.

Participou do Grupo de Trabalho encarregado de implantar a primeira Secretaria de Ciência e Tecnologia da América do Sul, em 1967. Integrou a equipe que implantou a Televisão Educativa e Cultural da Guanabara.

Permanente incentivador da Literatura, do Cinema e das artes de um modo geral, Niskier criou várias premiações a exposições de trabalhos, como a Mostra Internacional do Filme Científico, a I Exposição Internacional de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento — EXPOSITAC, em 1970, a Feira Nacional de Ciências e a Maratona Escolar de Literatura Brasileira, os dois últimos eventos destinados a alunos do segundo grau de todo o Brasil.

Criador e produtor do programa "Educação é a Questão", o Projeto Minerva, na Rádio MEC, é responsável pelas aulas de Educação Moral e Cívica no curso supletivo de 1º Grau — Fase II, Niskier tem prestado decisiva contribuição para que os meios de comunicação, o rádio, e a televisão, principalmente, ampliem seus programas e mensagens de cunho cultural e educativo, no Brasil.

Criou ainda a Fundação para o Desenvolvimento de Pesquisa do Estado da Guanabara — FUNDEPEG, o Planetário do Rio de Janeiro, a Comissão do Ano 2.000, da Secretaria de Ciência e Tecnologia da Guanabara.

Enfim, Arnaldo Niskier, já distinguido por inúmeros prêmios, medalhas e condecorações, concedidos pelas mais diversas instituições, em reconhecimento à sua importância para a cultura brasileira, para o desenvolvimento educacional no País, recebe, agora, a justa consagração de integrar a Academia Brasileira de Letras.

Não obstante, mantém Niskier a mesma postura de humildade que identifica a grandeza dos homens de real valor. Suas palavras, no dia da posse na ABL, em setembro último, quando enfatizou que não pleiteara uma glória estanque, mas um roteiro de luta, afirmando-se "bastante esperançoso de que esta condição nova possa trabalhar mais na Educação", revelam toda sua disposição em continuar trabalhando, patrioticamente, em área tão importante para o País.

A Arnaldo Niskier, o mais novo imortal da ABL, verdadeiro orgulho e paradigma para todos os fluminenses, a minha homenagem e a mais profunda admiração.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está esgotado o período destinado a breves comunicações. (Pausa.)

Esgotado o prazo estabelecido no § 1º do art. 55 da Constituição, para apreciação, pelo Congresso Nacional, do Decreto-lei nº 2.115, de 1984, sem ter havido deliberação, a Mensagem Presidencial nº 66, de 1984-CN, a ele referente, foi incluída em Ordem do Dia, em 19 sessões, em dias sucessivos, conforme determina o citado dispositivo, *in fine*.

Cumprieda a exigência constitucional sem que sobre a matéria o Congresso haja se manifestado, o texto do Decreto-lei é considerado aprovado (Const., art. 55, § 1º, *in fine*, combinado com o art. 51, § 3º, *in fine*).

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — A Presidência convoca os Senhores Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se hoje, às 19 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1984, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros na Amazônia Legal.

O Sr. Hélio Manhães — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem, para uma comunicação de Liderança, pela Liderança do PMDB.

O SR. PRESIDENTE Lenoir Vargas) — Tem a palavra o nobre Deputado Hélio Manhães, para uma comunicação de Liderança, como Líder do PMDB.

O SR. HÉLIO MANHÃES (PMDB — ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, gostaríamos de registrar nos Anais do Congresso Nacional a dinâmica que o candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, vem imprimindo à sua campanha. No momento em que nos é usurpado o direito de aqui votarmos a eleição direta já para Presidente da República, não obstante todos os esforços das oposições para estabelecer o pleito direto para a mais alta investidura deste País, o candidato da Aliança Democrática não poderia adotar outro comportamento não fosse exatamente traçar os rumos da sua campanha, pelos caminhos do diálogo, do entendimento, na busca permanente de ouvir todos os segmentos da sociedade brasileira. A característica do candidato das oposições lhe dá esse direito, porque é inerente à sua vida pública, ao seu passado de credibilidade exatamente buscar esse contato

nas praças públicas ou nos encontros com as massas, seja através dos sindicatos, seja através dos trabalhadores rurais, seja através dos Prefeitos e Vereadores, seja através dos Deputados estaduais. Enfim, é neste sentido que o candidato Tancredo Neves tem reforçado a ação da sua campanha para fixar as metas básicas de um programa de mudança e de renovação que possa atender aos anseios do povo brasileiro.

Ontem à tarde, em São Paulo, o candidato Tancredo Neves participava de uma reunião com metalúrgicos, que representam grande força sindical naquela Estado e a força econômica deste País. Logo depois, conversava com empresários, para também ouvir esse segmento da sociedade brasileira. E estará em Belém do Pará, na praça pública, diante do povo, para poder não só prestar contas de sua candidatura, como também conversar com o povo, para poder dar à sua campanha caráter essencialmente popular. Mais do que isso, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, não se furtou, no Rio Grande do Sul, de ouvir os trabalhadores rurais, no seu protesto, na sua crítica a atual política do Governo Federal. Portanto, são improcedentes as acusações que vêm sendo feitas pelo Sr. Paulo Maluf ao candidato da Aliança Democrática, Tancredo Neves, de que seu programa é de 1961. Isto é uma grande farsa, não passa de mais um gesto demagógico do candidato Paulo Maluf. Ora, S. Exª sabe muito bem do passado de Tancredo Neves, que representa confiabilidade. Mais do que isso, sabe muito bem o candidato do PDS que o candidato do PMDB e da Aliança Democrática se identifica com outros compromissos, pois mantém uma posição de independência diante do Governo, da política brasileira e, portanto, está muito à vontade para estabelecer, a seu melhor círculo, os rumos da sua campanha. Mais uma vez rechaçamos as críticas feitas ao candidato Tancredo Neves e reiteramos a nossa integral confiança nele, manifestando nosso apoio à sua campanha, cujos rumos ele vem traçando com segurança para chegar à Presidência da República no dia 15 de março de 1985.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Pela liderança do PDS, tem a palavra o nobre Deputado Maçao Tadano.

O SR. MAÇAO TADANO (PDS — MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, desejo registrar, na qualidade de Líder do nosso partido, a satisfação do PDS por ver confirmada ontem, pelo menos pela imprensa, a entrevista do candidato à Presidência da República pela Aliança Democrá-

tica, não pelo PMDB, que perdeu a autenticidade, porque não apresentou candidato próprio. Realmente, ele aceitou o convite feito pelo nosso candidato à Presidência, Deputado Paulo Maluf, para um debate a ser transmitido pela televisão.

Gostaríamos, inclusive, que o candidato da Aliança Democrática marcassem logo a data, porque o Brasil inteiro está aguardando esse debate pela televisão. Ademais, através da televisão, ainda ontem, o País inteiro ouviu o candidato da Aliança Democrática dizer que ainda não tem um programa para apresentar como candidato à Presidência. Realmente, um cidadão com 75 anos que ainda não tem, com todo o seu passado político, um programa para a Presidência da República deixa muita expectativa, um vazio muito grande, até porque não corresponde a toda esta torcida que se anuncia. Enquanto isto, o nosso candidato, do PDS, já apresentou uma plataforma, um programa de Governo, e encara esta campanha com seriedade.

Eram estas as nossas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 3, de 1983-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 206, de 1983-CN, sobre a Proposta de Delegação Legislativa nº 1, de 1983), que delega poderes ao Presidente da República para elaboração de lei estendendo ao trabalhador rural os benefícios da Previdência Social e da Legislação do Trabalho.

A matéria constou da Ordem do Dia das sessões conjuntas de 13 de março, 5 de abril e 2 de agosto do corrente ano, respectivamente, às dezoito horas e trinta minutos, dezenove horas e quarenta minutos e dezoito horas e trinta minutos, deixando de ser apreciada por falta de quorum para o prosseguimento dos trabalhos.

Em discussão a matéria. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, encerro a discussão.

Dada a inexistência de quorum em ambas as Casas, deixa de ser procedida a votação da matéria.

O SR. PRESIDENTE (Lenoir Vargas) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos.)

Ata da 320ª Sessão Conjunta, em 9 de outubro de 1984

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 47ª Legislatura

Presidência do Sr. Almir Pinto

ÀS 19 HORAS. ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Jorge Kalume — Altevir Leal — Eunice Michiles — Fábio Lucena — Galvão Modesto — Odacir Soares — Aloysio Chaves — Gabriel Hermes — Hélio Gueiros — Alexandre Costa — João Castelo — José Sarney — Alberto Silva — João Lobo — Almir Pinto — José Lins — Virgílio Távora — Carlos Alberto — Humberto Lucena — Marcondes Gadelha — Aderbal Jurema — Guilherme Palmeira — Carlos Lyra — Luiz Cavalcante — Louival Baptista — Passos Pôrto — Jutahy Magalhães — Luiz Viana — João Calmon — Moacyr Dalla — Nelson Carneiro — Itamar Franco — Morvan Acayaba — Fernando Henrique Cardoso — Severo Gomes — Benedito Ferreira — Henrique Santillo — Mauro Borges — Af-

fonso Camargo — Jorge Bornhausen — Lenoir Vargas — Carlos Chiarelli — Pedro Simon.

Rondônia

Francisco Erse — PDS; Francisco Sales — PDS; Leônidas Rachid — PDS; Múcio Athayde — PMDB; Orestes Muniz — PMDB; Rita Furtado — PDS.

Pará

Brabo de Carvalho — PMDB; Jorge Arbage — PDS; Lúcia Viveiros — PDS; Osvaldo Melo — PDS.

Maranhão

Cid Carvalho — PMDB; Epitácio Cafeteira — PMDB; Eurico Ribeiro — PDS; Jayme Santana — PDS; João Rebelo — PDS; José Burnett — PDS; José Riba-

E OS SRS. DEPUTADOS.

Acre

Alécio Dias — PDS; Geraldo Fleming — PMDB; José Mello — PMDB; Nosser Almeida — PDS; Wildy Vianna — PDS.

Amazonas

Josué de Souza — PDS; Randolph Bittencourt — PMDB; Vivaldo Frota — PDS.

mar Machado — PDS; Magno Bacelar — PDS; Vieira da Silva — PDS; Wagner Lago — PMDB.

Piauí

Celso Barros — PDS; Jonathas Nunes — PDS; José Luiz Maia — PDS; Ludgero Raulino — PDS; Tapety Júnior — PDS.

Ceará

Aécio de Borba — PDS; Antônio Morais — PMDB; Carlos Virgílio — PDS; Flávio Marcílio — PDS; Furtado Leite — PDS; Gomes da Silva — PDS; Haroldo Sanford — PDS; Leorne Belém — PDS; Lúcio Alcântara — PDS; Marcelo Linhares — PDS; Mauro Sampaio — PDS; Moysés Pimentel — PMDB; Paes de Andrade — PMDB; Paulo Lustosa — PDS.

Rio Grande do Norte

Jessé Freire — PDS; Vingt Rosado — PDS.

Paraíba

Carneiro Arnaud — PMDB; Edme Tavares — PDS; Ernani Satyro — PDS; Joacil Pereira — PDS; João Agripino — PMDB; Raymundo Asfora — PMDB; Tarcísio Buriti — PDS.

Pernambuco

Antônio Farias — PDS; Arnaldo Maciel — PMDB; Carlos Wilson — PMDB; Cristina Tavares — PMDB; Egídio Ferreira Lima — PMDB; Fernando Lyra — PMDB; Gonzaga Vasconcelos — PDS; Inocêncio Oliveira — PDS; Jarbas Vasconcelos — PMDB; João Carlos de Carli — PDS; José Carlos Vasconcelos — PMDB; José Jorge — PDS; Josias Leite — PDS; Nilson Gibson — PDS; Oswaldo Coelho — PDS; Oswaldo Lima Filho — PMDB; Sérgio Murilo — PMDB; Thales Ramalho — PDS.

Alagoas

Djalma Falcão — PMDB; Geraldo Bulhões — PDS; José Thomaz Nonô — PDS; Nelson Costa — PDS.

Sergipe

Adroaldo Campos — PDS; Celso Carvalho — PDS; Francisco Rollemberg — PDS; Jackson Barreto — PMDB; José Carlos Teixeira — PMDB.

Bahia

Angelo Magalhães — PDS; Antônio Osório — PDS; Carlos Sant'Anna — PMDB; Djalma Bessa — PDS; Domingos Leonelli — PMDB; Etelviro Dantas — PDS; Félix Mendonça — PDS; Fernando Santana — PMDB; França Teixeira — PDS; Francisco Pinto — PMDB; Genivaldo Correia — PMDB; Gorgônio Neto — PDS; Haroldo Lima — PMDB; Horácio Matos — PDS; João Alves — PDS; Jorge Medaúar — PMDB; Jorge Vianna — PMDB; José Lourenço — PDS; José Penedo — PDS; Jutahy Júnior — PDS; Leur Lomanto — PDS; Manoel Novaes — PDS; Prisco Viana — PDS; Raul Ferraz — PMDB.

Espírito Santo

Hélio Manhães — PMDB; Nelson Aguiar — PMDB; Nyder Barbosa — PMDB; Theodorico Ferraço — PDS.

Rio de Janeiro

Abdias Nascimento — PDT; Agnaldo Timóteo — PDT; Arlindo Teles — PDT; Bocayuva Cunha — PDT; Darcílio Ayres — PDS; Daso Coimbra — PMDB; Délia dos Santos — PDT; Denisar Arneiro — PMDB; Fernando Carvalho — PTB; Figueiredo Filho — PDS; Gustavo

Faria — PMDB; Jacques D'Ornellas — PDT; José Eudes — PT; José Frejat — PDT; Márcio Braga — PMDB; Mário Juruna — PDT; Osmar Leitão — PDS; Saramago Pinheiro — PDS; Sebastião Ataíde — PDT; Simão Sessim — PDS; Wilmar Palis — PDS.

Minas Gerais

Bonifácio de Andrade — PDS; Carlos Eloy — PDS; Carlos Mosconi — PMDB; Emílio Gallo — PDS; Emílio Haddad — PDS; Gerardo Renault — PDS; Humberto Souto — PDS; Jorge Carone — PMDB; José Machado — PDS; José Ulisses — PMDB; Juarez Baptista — PMDB; Luiz Guedes — PMDB; Luiz Leal — PMDB; Magalhães Pinto — PDS; Marcos Lima — PMDB; Mário Assad — PDS; Milton Reis — PMDB; Nilton Velloso — PDS; Rondon Pacheco — PDS.

São Paulo

Adail Vettorazzo — PDS; Airton Soares — PT; Armando Pinheiro — PDS; Cardoso Alves — PMDB; Celso Amaral — PTB; Del Bosco Amaral — PMDB; Djalma Bom — PT; Diogo Nomura — PDS; Eduardo Matarazzo Suplicy — PT; Ferreira Martins — PDS; Francisco Amaral — PMDB; Francisco Dias — PMDB; Freitas Nobre — PMDB; Irma Passoni — PT; Israel Dias-Novaes — PMDB; José Camargo — PDS; José Genoino — PT; Márcio Santilli — PMDB; Marcondes Pereira — PMDB; Mário Hato — PMDB; Mendes Botelho — PTB; Mendonça Falcão — PTB; Natal Gale — PDS; Octávio de Almeida — PMDB; Paulo Zarur — PMDB; Raimundo Leite — PMDB; Ralph Biasi — PMDB; Roberto Rollemberg — PMDB; Theodoro Mendes — PMDB; Tidei de Lima — PMDB; Ulysses Guimarães — PMDB.

Goiás

Brasílio Caiado — PDS; Fernando Cunha — PMDB; Genésio de Barros — PMDB; Ibsen de Castro — PDS; Iracema Saraiva — PMDB; Iturival Nascimento — PMDB; Jaime Câmara — PDS; João Divino — PMDB; Juarez Bernardes — PMDB; Siqueira Campos — PDS; Tobias Alves — PMDB.

Mato Grosso

Bento Porto — PDS; Dante de Oliveira — PMDB; Gilson de Barros — PMDB; Jonas Pinheiro — PDS; Maçao Tadano — PDS; Milton Figueiredo — PMDB.

Mato Grosso do Sul

Albino Coimbra — PDS; Ruben Figueiró — PMDB; Sérgio Cruz — PMDB.

Paraná

Alceni Guerra — PDS; Alencar Furtado — PMDB; Amadeu Gera — PMDB; Ary Kffuri — PDS; Borges da Silveira — PMDB; Celso Sabóia — PMDB; José Tavares — PMDB; Mattos Leão — PMDB; Oscar Alves — PDS; Otávio Cesário — PDS; Paulo Marques — PMDB; Reinhold Stephan — PDS; Renato Johnsson — PDS; Sebastião Rodrigues Júnior — PMDB; Valmor Giavarina — PMDB; Walber Guimarães — PMDB.

Santa Catarina

Adhemar Ghisi — PDS; Artenir Werner — PDS; Cásper Ladeira — PMDB; Epitácio Bittencourt — PDS; Luiz Henrique — PMDB; Nelson Wedekin — PMDB; Paulo Melo — PDS.

Rio Grande do Sul

Amaury Müller — PDT; Balthazar de Bem e Canto — PDS; Emílio Perondi — PDS; Floriceno Paixão — PDT; Hermes Zaneti — PMDB; Hugo Mardini — PDS;

Jorge Uequed — PMDB; José Fogaça — PMDB; Júlio Costamilan — PMDB; Lélio Souza — PMDB; Matheus Schmidt — PDT; Nadyr Rossetti — PDT; Nelson Marchezan — PDS; Nilton Alves — PDT; Oly Fachin — PDS; Osvaldo Nascimento — PDT; Paulo Mincarone — PMDB; Pedro Germano — PDS; Pratini de Moraes — PDS; Rosa Flores — PMDB; Rubens Ardenghi — PDS; Sinval Guazzelli — PMDB; Telmo Kirst — PMDB; Victor Faccioni — PDS.

Amapá

Antônio Pontes — PDS; Clark Platon — PDS; Geovani Borges — PDS; Paulo Guerra — PDS.

Roraima

Alcides Lima — PDS; João Batista Fagundes — PDS; Júlio Martins — PDS; Mozarildo Cavalcanti — PDS.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — As listas de presença acusam o comparecimento de 43 Srs. Senadores e 255 Srs. Deputados.

Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Há oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Concedo à palavra a nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tomo a palavra hoje para registrar a necessidade urgente do Senado autorizar o Estado de São Paulo a contrair empréstimo para a construção de hospitais. Ora, a Organização Mundial da Saúde recomenda que para cada vinte mil habitantes haja uma unidade de saúde, para atender, de forma pronta e completa, à população. Em São Paulo, no bairro em que vivo, somos mais de um milhão de habitantes e não temos nenhuma unidade de saúde pública. Se formos à Zona Leste o quadro é o mesmo. Centenas de pessoas que morrem por falta de atendimento médico-hospitalar.

Neste momento, um grupo de parlamentares ligado a interesses malufistas, estão segurando este pedido. Trata-se de um comportamento, criminoso. Denunciamos e não aceitamos esse tipo de conduta. Não sou do partido do Governo no Estado de São Paulo, mas se solidarizo com centenas de milhares de pessoas que, em abaixo-assinados, reivindicam a instalação imediata desses hospitais, porque é insustentável a situação de miséria, de fome e de total desamparo da população, agravada pelo desemprego, porque povo que não come é um povo doente. Agora, negarmos atendimento à saúde dessa população, pelo menos os primeiros socorros, para que sobreviva e continue tentando viver, é um crime, uma covardia impossível de admitir.

Deixo, pois, registrado o meu pedido no sentido de que esses empréstimos sejam autorizados pelo Senado, para que hospitais possam ser construídos, porque sou testemunha de que são extremamente necessários. Ou será que a privatização da saúde vencerá?

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Valmor Giavarina.

O SR. VALMOR GIAVARINA (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, primeiro, quando estávamos ainda na rua, lutando pelas diretas já, éramos, diariamente, cobrados daquela tribuna. Cobravam-nos o respeito às normas vigentes, o respeito ao texto constitucional, dizendo que a Constituição estabelece que a próxima eleição presidencial será indireta. Depois, cessada a luta pelas diretas, porque houve o que houve, aconteceu o que todos sabem, é que nós, de arrasto, concordamos em ir ao Colégio Eleitoral, que continua espúrio. Agora, cobram-nos, daquela tribuna incoerência.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, cada um vê as coisas com os olhos que tem, e o grupo malufista só vê as coisas com os olhos malufistas. Para esse grupo, ou estamos desrespeitando o texto constitucional, ou somos incoerentes. Se ficarmos, o bicho pega; se corrermos, o bicho come. Mas, assistímos, Sr. Presidente, a mais duas jogadas: uma, ontem, e outra, hoje. Ontem, daquela tribuna, o profeta do caos, Deputado Nilson Gibson, chegava a convocar o Exército Nacional para participar do processo político. Hoje, ao final da tarde, ouvi, do meu gabinete, o nobre Deputado Joacil Pereira, aqui presente, a transformar o PMDB em caixa de pancada, a culpar o PMDB pela impopularidade do seu candidato, que é o Sr. Paulo Maluf, querendo tanto Nilson Gibson quanto Joacil Pereira — apostando, a meu ver, impasse — virar a mesa ou, para usar português bem claro, molar o jogo, como única maneira de evitar a derrota já do seu candidato.

Sr. Presidente, devo dizer que inclusive ouvi esses dias, estarrado, o próprio candidato do que resta do situacionismo, Paulo Maluf, afirmar que o Presidente do PMBD, Deputado Ulysses Guimarães estaria comandando, que certa forma, essas recepções que têm sido feitas ao Sr. Paulo Maluf, essas ovações que têm acontecido em todos os cantos do País. E respondo como respondeu o candidato da Aliança Democrática: que grande Liderança tem o nosso Presidente, Ulysses Guimarães, que sem sequer sair de Brasília comanda todas as manifestações neste País contra o candidato Paulo Salim Maluf!

Querem culpar-nos da impopularidade de Paulo Maluf. É necessário que os malufistas entendam, de uma vez por todas, que o povo repele, que o povo rejeita, repudia a figura de Paulo Salim Maluf e que não temos culpa alguma. A propósito, isso me faz lembrar, para encerrar, da passagem que li num livro que muitos de nós já lemos, "O Pequeno Príncipe", de Exupery. Disse o monarca ao Pequeno Príncipe:

"Se eu determinar ao comandante do meu exército que ele se transforme em gaivota e o comandante não se transformar em gaivota, eu pergunto: a culpa é minha ou dele?"

Seria a mesma coisa que determinarmos ao povo que aceite Paulo Salim Maluf. A culpa é do povo, ou a culpa é do Sr. Paulo Salim Maluf por toda essa rejeição que há contra esse corpo estranho à democracia brasileira? Não podemos aceitar, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, que o PMBD seja agora transformado em caixa de pancada e seja o responsável pela repulsa nacional que a figura abjeta do Sr. Paulo Salim Maluf provoca. Ele precisa entender que nesta democracia que queremos parece que não há lugar para ele, porque o povo não quer.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao Deputado Wilmar Palis.

O SR. WILMAR PALIS (PDS — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Senador Almir Pinto, digno Senador Luiz Cavalcanti, honrados companheiros, a discussão não faz esquecer, nem poderia, a fome que invade os lares brasileiros, com a falta de governo que aí está. É um descalabro, para não dizer uma acintosa vergonha, o que fazem esses desonestos que se assenhorearam dos gêneros comestíveis, esses desonestos das multinacionais da indústria farmacêutica que estão, pelo seu roubo, roubo que é pior do que o latrocínio, que é um assalto à mão armada, dizimando milhares e milhares de criancinhas brasileiras, pela inanição, pela falta de alimentos e pela falta de remédios, pois os que lhes são receitados pelos médicos os pais não têm o dinheiro para comprar, porque a cada dia é um preço. Cada dia que o CIP se reúne — esse malsinado CIP, esse Conselho Interministerial de Preços que só assassina o povo, que quando se reúne é para dar ganhos aos opulentos, àqueles que um dia permitiram a investida desse capital estrangeiro que não veio aqui para fazer a grandeza do País, mas para daqui

tirar o seu lucro e mandá-lo às suas matrizes. E o Governo não vê isso, ou finge que não vê.

Ainda há pouco, Sr. Presidente, esse malsinado CIP reuniu-se e permitiu um aumento de cerca de 45% nos preços dos remédios. Isso tem de ser discutido, isso tem de ser denunciado desta tribuna do Congresso e da Câmara, porque o povo está morrendo à mingua. Não há Governo neste País.

Posso apontar, a poucos metros do Congresso supermercados onde esses velhacos, esses desonestos aumentam diuturnamente os preços, na cara das autoridades, que fingem não ver. E são majorações nos preços dos alimentos substanciais, dos alimentos imprescindíveis à subsistência humana. A poucos metros daqui, nas farmácias e drogarias, o mesmo se passa.

O Governo devia ter vergonha de fingir, de permitir que à guisa de discussões se fuja de um problema essencial de um problema gravitacional, de um problema fundamental, que é o de dar ao povo o mínimo de segurança, tranquilidade e condições de vida. Desafio qualquer elemento deste Governo a acompanhar-se, pois a poucos metros daqui mostrarei a desonestade a patifaria — não é outra a expressão, é essa mesma. (Risos.)

Quem ri é porque tem dinheiro no bolso para pagar o remédio, para comprar comida, mas milhares de famílias não o têm. Gostaria de ver aquele que ri, que zomba, nesta situação em que se encontram milhares de brasileiros. Pelo menos disso este Governo deveria ter vergonha; deveria olhar para o povo, e não passar a mão em cima desses desonestos que tomam conta deste País.

Digo-o com repulsa, Sr. Presidente, porque, para se comprar remédios hoje, é preciso ser rico, pois o povo da classe média também não pode mais comprar. Por que isso? Em cada drogaria um preço, em cada farmácia uma etiqueta; e, mesmo com o aumento do CIP, esse malsinado CIP, de nada valem essas tabelas, que são mentirosas, vergonhosas. É por isso que cada supermercado de hoje estará duplicado amanhã; e depois de amanhã, triplicado; e, após alguns anos, haverá centenas de pessoas na cadeia pelo Brasil afora.

Sr. Presidente, além das discussões, é preciso que a Presidência da República e esta Casa defendam o povo em si. É preciso que outras vozes apareçam para declarar que quase 100% da indústria farmacêutica do País estão na mão das multinacionais, dessa gangue que não veio ao País para multiplicar as riquezas nacionais, mas as suas próprias riquezas. A remessa de lucro ao exterior significa o sacrifício do sangue, da seiva, da saúde de nosso povo.

Não tenho medo de declarar isto, não tenho medo de vozes agourentas. Meu nome é Wilmar Palis, assumo integral responsabilidade por tudo aqui proferido, não mudarei nenhuma nota taquigráfica; quero que fique inserida nos Anais desta Casa a nossa palavra de candente protesto. Vamos discutir a eleição de Presidente, mas vamos discutir também este saque, este roubo, esta investigação contra nosso povo, contra nossa família, contra aqueles brasileiros que não são aquinhoados de tal forma que possam comprar pelo menos alguma coisa com que matar a fome de seus filhos.

Concluo, Sr. Presidente, e agradeço a V. Exª, Senador Almir Pinto, a tolerância. Outro dia, vi na televisão que as famílias não estão podendo mais comprar carne, não podem comprar ovos, não podem mais comprar os alimentos considerados fundamentais, porque o dinheiro não dá. E onde se pode imaginar que, num supermercado a poucos metros daqui, aumentaram o preço de um produto em 100% em menos de um mês? Persigo as observações, movido por minha própria ação. Não preciso ler nos jornais. Vou pesquisar, vou ver.

Vamos discutir as eleições para Presidente da República, vamos fazer com que este País saia do caos em que se encontra, mas lutando em função deste povo que nos elegeram, que nos mandou para o Congresso. Vamos olhar esta parte, vamos votar conscientemente, e seria melhor

se as eleições fossem diretas. Seria a salvação deste País que as eleições fossem diretas. Isso tiraria o País deste caos em que se encontra.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Solicito a V. Exª que conclua, porque há uma alentada relação de oradores, e V. Exª já ultrapassou o seu tempo em dez minutos.

O SR. WILMAR PALIS — Concluo, Sr. Presidente, em atenção a V. Exª, respeitosamente. Sei que ultrapassei o horário, com a benevolência de V. Exª, mas é a emoção que invade minha alma.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Perfeitamente. Por isso, como Presidente, aceitei e fui liberal.

O SR. WILMAR PALIS — V. Exª tolerou, e agradeço a V. Exª por isso, mas, em se falando da fome do povo não há quem não se compunja.

Respeito a sua observação, Sr. Presidente, como sempre o fiz, pela soberania da nossa Casa.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Agradeço a V. Exª a compreensão.

O SR. WILMAR PALIS — Vou concluir, Sr. Presidente, pedindo a inserção nos Anais da Casa do nosso pronunciamento de parabéns ao jornal *Última Hora* pela aquisição para seus quadros do brilhante jornalista Walter Fontoura e, em sequência, a égide que faço sobre este assunto. Diretas já, a salvação deste País. (Muito bem. Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — V. Exª será atendido na forma regimental.

É o seguinte o pronunciamento referido pelo Deputado Wilmar Palis.

PRONUNCIAMENTO REFERIDO PELO ORADOR

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estão de parabéns as empresas do grupo *Última Hora* — *O Dia*, na pessoa de seu Diretor-Presidente Ary Carvalho, pelo ingresso do jornalista Walter Fontoura em suas fileiras, onde vai exercer o relevante cargo de Vice-Presidente.

A permanente preocupação pela verdade e diretriz em jamais omitir-se na busca da notícia, ou na forma de sua transmissão e análise, fazem de *Última Hora* — *O Dia* jornais dos mais sérios, respeitáveis e prestigiados veículos da imprensa brasileira.

Não há, efetivamente, outro compromisso que não seja a luta pelos interesses maiores da sociedade, a justiça social como fundamento de uma comunidade harmoniosa e progressista, a cultura como expressão primordial para a realização plena dos diferentes segmentos sociais, daí por que sua reconhecida tradição em promover o debate das relevantes questões de nossa conjuntura.

Por isso, está a presença de *Última Hora* — *O Dia* associada aos grandes acontecimentos do País, aos movimentos políticos marcantes de nossa História, sempre promovendo, inclusive, notável cobertura dos trabalhos do Poder Legislativo, podendo-se neles identificar verdadeiros paladinos da democracia no Brasil.

Ao levar sua longa experiência de jornalista emérito para as empresas *Última Hora* — *O Dia*, Walter Fontoura só poderá enriquecer, ainda mais, suas páginas e contribuir para o seu vertiginoso crescimento refletido diretamente na conceituação pública, e, consequentemente, fazendo a alegria de seu incontável número de leitores.

A Folha de serviços e Walter Fontoura pode ser resumida na própria nota expedida pelo *Jornal do Brasil*, que lamentou sua saída, após 18 anos servindo em diversos postos de hierarquia da empresa, sempre dedicando "o melhor do seu esforço e do seu reconhecido talento". Parabéns portanto, a Ary Carvalho e a toda a sua equipe de *Última Hora* — *O dia*.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Denisar Arneiro.

O SR. DENISAR ARNEIRO PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES (PMDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, tenho, de forma muito clara, a visão do que representa falar numa sessão do Congresso Nacional perante um número inexpressivo de parlamentares. Tal pronunciamento de nada mais serve do que como denúncia, registro, porque sabemos que, na maioria esmagadora das vezes, o que se diz aqui não se divulga lá fora. Mas venho, exatamente com esse espírito, cumprir com meu dever de Deputado, para que fique registrado nos Anais desta Casa o assunto que passo a ler agora.

Da Assembléia Legislativa do ET. do Paraná
Telex nr 03189 — 200684 — (WILMAR)

De: Milton Ivan
Para:
Excelentíssimo Senhor
José Tavares
Câmara Federal
Brasília — DF.

Segundo o art. 44 da Constituição em vigor, é da competência exclusiva do Congresso Nacional resolver definitivamente sobre os tratados, convenções e atos internacionais celebrados pelo Presidente da República.

O art. 43 dispõe que cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, a fixação dos efetivos das Forças Armadas para o tempo de paz. E em 6-10-83, o Executivo enviou projeto propondo o aumento dos Efetivos do Exército e a criação de 53 novos postos de Generais. Na "justificativa", o Ministro Walter Pires afirmou que o aumento dos efetivos se impõe pela projeção internacional do Brasil e suas responsabilidades no cenário mundial como potência emergente e pelos recentes acontecimentos no Atrântico Sul, Guerra das Malvinas".

Mas, voltemos ao art. 44 em 6-2-84 o Secretário de Estado Norte-americano George Schultz e o Ministro das Relações Exteriores Saraiva Guerreiro assinaram em Brasília três acordos: — Uma Carta-junta que encaminha aos Presidentes Ronald Reagan e João Figueiredo os relatórios de 5 grupos de trabalho que estudaram a ampliação da cooperação bilateral nas áreas industrial-militar, energia nuclear, ciência e tecnologia, economia e finanças e de atividades espaciais, um memorando de entendimentos sobre cooperação industrial militar Brasil — Estados Unidos. — E um acordo sobre cooperação em ciência e tecnologia.

A notícia divulgada pelo Governo esconde o jogo. Limita-se a declarar que o memorando de entendimentos que permitira a transferência de tecnologia norte-americana à indústria bélica entrou logo depois de assinado, ou seja: utilizaram-se de um subterfúgio, denominado o acordo de cooperação militar de "memorando de entendimentos", visando a fugir ao controle do Congresso, apesar do disposto no art. 44 da Constituição.

A notícia acrescenta: "Mas o acordo de cooperação em ciência e tecnologia depende de outras providências internas, inclusive sua ratificação pelo Congresso Nacional".

A verdade, não estamos diante de um memorando de entendimento, e sim de um novo acordo mili-

tar Brasil — Estados Unidos, em substituição ao que foi unilateralmente denunciado pelo ex-Presidente Geisel.

É evidente, também, a intenção do Governo de escamotear ao controle do Congresso outros itens importantes referentes à cooperação bilateral na área de energia nuclear, principalmente estocagem e depósito de urânio e rejeitos radioativos."

É evidente, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, que a intenção do Governo é de escamotear ao Congresso Nacional outros itens importantes referentes à cooperação bilateral na área de energia nuclear, principalmente estocagem e depósito de urânio e rejeitos radioativos. Os responsáveis pela política brasileira de exportação de armas, representando os Ministros militares, o Conselho de Segurança Nacional, o Itamaraty e fabricantes de armamentos, estão dispostos a apoiar ainda mais a presença do Brasil no mercado de equipamento bélico lá fora. Essa nova fase de atuação nesse mercado inclui assinatura de acordo de complementação industrial, onde os parceiros das empresas brasileiras estarão habilitados a montar determinados tipos de armas para seus países vizinhos. Como prova disso, a própria AVIBRAS está preparando um acordo de produção de armas com o Ministério da Defesa da Arábia Saudita para permitir, em território saudita, a montagem de foguetes capazes de abastecer todo o mercado árabe. O acordo de cooperação para compra e fabricação de armamentos deve ter sido assinado hoje, durante a visita que fez a este País o Sr. Ministro da Defesa da Arábia Saudita, Príncipe Sultan Bin Abdel Assid.

Por conseguinte, Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estamos com a preocupação de trazer a debate, tanto na Câmara como no Congresso, o desenvolvimento da indústria bélica em nosso País, que tem um custo altíssimo para os cofres da Nação. Ao mesmo tempo em que se subsidia a indústria bélica, retira-se o subsídio à agricultura; ao mesmo tempo em que se favorece a exportação e a fabricação de armamentos, favorece-se e estimula-se a exportação da morte. Alguém já disse que, se não existe a guerra, faz-se a guerra, porque os produtores de armas precisam de dólares para a manutenção dos seus caprichos. Vimos a esta tribuna para deixar registrado no dia de hoje, na sessão do Congresso Nacional, que uma autoridade estrangeira nos visita e muito nos honra e aqui vem para firmar um acordo de cooperação de produção e de fabricação de armamentos em um País com problemas primários sérios, graves, de analfabetismo, de doenças endêmicas, de fome, de miséria. Não podemos aceitar que a indústria da morte seja privilegiada.

Tenho dito que não sou contrário a que as Forças Armadas se modernizem para propiciar a nós, brasileiros, condições de segurança, inclusive da nossa própria soberania. Somos contrários, isto sim, a se investir na indústria da morte, a privilegiar-se uma indústria que nada mais exporta do que a morte, quando temos neste País outros assuntos de cunho social importantes, aos quais deveríamos voltar nossas atenções. Num país onde o índice de mortalidade infantil atinge as raias do absurdo, num país onde o índice de miséria, de fome e de abandono chega ao inimaginável, não podemos de forma alguma ficar calados, assistindo a essa corrida desenfreada para o aprimoramento e o desenvolvimento de uma indústria que nada mais gera do que armas para produzir mortos.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Deputado José Fogaca.

O SR. JOSÉ FOGACA (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, reiterada e insistentemente, o candidato do PDS à Presidência da República tem declarado nos jornais que possui um programa de Governo. Não se cansa de mostrar caderninhos coloridos na televisão, dizendo que o candidato da Aliança Demo-

crática, Tancredo Neves, não tem programa algum, segundo palavras do Deputado Paulo Maluf. Passados já 20 anos, nós, brasileiros, estamos cansados desse tipo de comportamento político, que é a rejeição absoluta da discussão democrática, que é a repulsa total ao debate, à construção democrática de um verdadeiro programa de governo. O Sr. Paulo Salim Maluf, na verdade, o que possui e o que apresenta são propostas de governo absolutamente autocráticas e presunçosas. Autocráticas, porque o Sr. Paulo Maluf não consultou ninguém para fazer seu programa. Ele mesmo disse, na televisão, que seu programa de governo resultou de algumas horas indormidas em sua residência, em que à noite, no seu recolhimento pessoal, tomou de uma caneta ou de qualquer objeto para escrever e resolveu redigir seu programa de governo, no mais absoluto e recôndito isolamento.

Isso dá prova bem clara e evidente do caráter político do Sr. Paulo Maluf. S. Exª é presunçoso e dotado da prepotência do tecnicismo. Pensa que a resolução dos problemas maiúsculos, imensos, que são vividos por este País depende apenas de uma questão de conhecimento técnico. É esta a presunção do tecnicismo, o mal maior das ditaduras e das tecnocracias sob as quais a América Latina tem vivido dolorosamente nas últimas décadas.

A par disso, o Deputado Paulo Maluf não se cansa de acusar o ex-Governador Tancredo Neves por não ter programa de governo. Mas é preciso dizer, Sr. Presidente, que o Sr. Tancredo Neves não quer ter um programa de Governo. Ele quer construir um programa de Governo, ele deseja que este programa resulte de uma longa, de uma difícil, de uma intrincada, mas de uma efetiva discussão democrática do debate que provém das bases partidárias, da consulta à opinião pública, da legítima expressão popular, da qual nasce a sua candidatura.

Por isso, o ex-Governador Tancredo Neves terá um programa de Governo que será resultado de uma construção democrática. É bom lembrar ao Sr. Paulo Salim Maluf que seminários para estudo de propostas de programa de governo serão realizados futuramente, dentro de breves dias. Em São Paulo teremos o seminário para salário e desemprego; em Minas Gerais, o seminário para economia; no Paraná, o seminário para a agricultura; na Bahia e no Rio Grande do Sul teremos seminários de debates e estudos sobre educação, cultura, saúde, habitação, debates dos quais participarão setores significativos e altamente representativos da sociedade brasileira. O candidato do PMDB não está submetido ao mito da eficiência que a tecnocracia vendeu ao longo desses vinte anos. O candidato do PMDB entende que o critério para a logicidade das soluções políticas e econômicas deste País está nas bases populares e não no recôndito isolado de um escritório, onde dois ou três tecnocratas resolvem se arrogar o direito de decidir em nome de cento e trinta milhões de brasileiros. Desse mal da autocracia, do tecnicismo presunçoso, da imposição de idéias, desse mal de considerar o povo um estorvo, desse mal já estamos cansados, porque dele sofremos e por ele sofremos ao longo de vinte anos.

Eis por que, Sr. Presidente, declaramos que vamos construir um programa de governo que será um verdadeiro pacto nacional de transição democrática e não vamos impô-lo a ninguém. Desse programa participarão os partidos políticos que estão na Aliança Democrática e todas as entidades de representação em nosso País, desde os estudantes até o Instituto de Arquitetos do Brasil, as entidades ligadas à questão da saúde, à questão da educação, o Instituto de Economistas, enfim, todos os setores mais representativos da sociedade estarão presentes, integrando o seminário de debates sobre o futuro programa de Governo do futuro Presidente Tancredo Neves.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Esgotado o período de breves comunicações.

Concedo a palavra, como Líder do PT, ao nobre Deputado José Genoino.

O SR. JOSÉ GENOINO (PT — SP. Como Líder. Sem revisão do orador.) — Sr Presidente, Srs. Congressistas, nesta sessão noturna esvaziada, trazemos aqui, em primeira mão, uma denúncia que consideramos muito séria Segundo informações do Sindicato dos Metalúrgicos de Itu, informação essa transmitida pela Delegacia Regional do Trabalho de São Paulo, o Ministro Murilo Macedo deu instruções para que a DRT de São Paulo oficializasse, junto à Federação dos Metalúrgicos, a Constituição de uma junta intervencionista no sindicato metalúrgico de Itu. Que estava acontecendo no Sindicato de Metalúrgicos de Itu? Uma eleição sindical, uma disputa entre os operários pela direção daquele sindicato. E durante esse processo de disputa, o Ministro Murilo Macedo intervém no sindicato.

Chamo a atenção para esse fato, em primeiro lugar, para registrar o nosso protesto e o nosso repúdio a essa medida intervencionista, que qualifica o Sr. Murilo Macedo como aquele que vai ficar na História desta País como o Ministro das cassações, como o Ministro das intervenções.

No final do seu mandato, terminando sua gestão de Ministro de Estado, continua intervindo nos sindicatos, como tem feito ao longo de seu período à frente do Ministério do Trabalho.

Quando se fala em pacto social, quando se fala em alterar a legislação, quando se fala em livre negociação, eis aí o que querem os patrões e o Governo: intervir nos sindicatos, cassar as lideranças sindicais emergentes comprometidos com as lutas dos trabalhadores, impedir que se forje neste País um sindicalismo desatrelado do Estado, comprometido com a prática democrática, com os interesses da classe trabalhadora.

Ouço o nobre Deputado Eduardo Matarazzo Suplicy.

O Sr. Eduardo Matarazzo Suplicy — Ilustre Deputado José Genoino, companheiro de bancada, V. Ex^a traz mais uma vez uma notícia triste para os trabalhadores deste País. Há dez dias, tive oportunidade de ser recebido em audiência pelo Ministro Murilo Macedo, com o qual conversei sobre diversos assuntos da área política e sindical. Eu o visitei em função de pedido de informação sobre se ele havia participado de uma reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico, em que o Ministro Antônio Delfim Netto, pretendamente consultando todos os membros daquele Conselho, teria aprovado empréstimo ao Grupo Coroa-Brastel S. Ex^a, o Ministro Murilo Macedo, assim como o Ministro Camilo Penna, informou-me que não havia participado daquela reunião do CDE e que a decisão coube aos Ministros da Fazenda e do Planejamento. Mas naquela ocasião perguntei a S. Ex^a sobre a situação do Sindicato dos Petroleiros de Paulínea, na região de Campinas, sobre o Sindicato de Bancários do Estado de São Paulo e sobre o Sindicato de Metalúrgicos do ABC. S. Ex^a disse-me que esses sindicatos, onde tinha ocorrido intervenção e cassação de mandatos, estavam pendentes de uma decisão a respeito da situação do ex-Presidente e hoje Diretor do Sindicato de Metalúrgicos, Luís Inácio Lula da Silva, e que era intenção dele terminar sua gestão como Ministro do Trabalho sem que houvesse qualquer cassação. S. Ex^a também me disse: "Não quero terminar meu mandato, minha gestão, conhecido como Ministro cassador de mandatos".

Ora, a notícia que V. Ex^a nos traz hoje é o sentido de mais uma intervenção. Parece que este regime tem em seu bojo forças que estão acima da boa vontade e das boas intenções de um Ministro como o do Trabalho. Seria próprio que os trabalhadores não tivessem qualquer atrelamento ao Estado e que o Governo deixasse na mão dos trabalhadores a administração das próprias entidades representativas.

O SR. JOSÉ GENOINO — Nobre Deputado Eduardo Suplicy, na verdade, o Ministro Murillo Macedo, com esse ato, contradiz o que afirmou a V. Ex^a Ele termi-

na o seu mandato de Ministro como cassador de dirigentes sindicais, como interventor de sindicatos. Usar uma disputa eleitoral num sindicato como motivo para nele intervir só ocorre num Estado onde o sindicalismo é atrelado à máquina estatal. Somente onde não existe verdadeira liberdade sindical é que um Ministro de Estado pode tomar esse tipo de atitude.

Concluo, Sr Presidente. Gostaria de registrar aqui a realização de um ato público da maior importância manhã, às 17.30 horas, convocado pela Central única dos Trabalhadores, em que essa entidade reafirmará em campanha nacional as suas bandeiras, como as quarenta horas semanais, o salário-desemprego, o reajuste semestral a partir de 100% e uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores. A CUT entregou a todas as lideranças partidárias manifesto em que reafirma sua posição e sua luta contra essa nova roupagem do arrocho salarial, que é o projeto de lei ora em tramitação no Senado, reivindica aumento salarial num piso mínimo de 100%, reafirma sua posição em prol das diretas já, pelo boicote ao Colégio Eleitoral..... decisões de um congresso de mais de 5 mil trabalhadores, o que mostra que os trabalhadores, como parte integrante da sociedade brasileira, querem intervir no processo eleitoral do País. Por isso divulgam suas reivindicações, empunham suas bandeiras, querem diretas já e o boicote ao Colegio Eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — A Presidência convoca os Srs. Parlamentares para uma sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 11 horas, neste plenário, destinada à discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 29, de 1984, que acrescenta § 5º ao art. 62 da Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 9, de 1984, que dispõe sobre a aplicação de recursos financeiros na Amazônia Legal, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 31, de 1984-CN, da Comissão Mista.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-la, declaro-a encerrada.

Dada a inexistência de **quorum** qualificado, deixa de ser posta em votação a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Sr. Deputado Paulo Mincarone, a Presidência explica a V. Ex^a que já o havia chamado e lamenta profundamente o fato de V. Ex^a não estar presente naquele momento. No entanto, no final da sessão, V. Ex^a poderá falar para uma comunicação de Liderança.

O SR. PAULO MINCARONE (PMDB — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, na sessão desta tarde, na Câmara dos Deputados, o Deputado Adail Votorazzo, em determinado trecho do seu discurso, disse que "os diretistas" e "indiretistas" deram-se as mãos e hoje caminham lado a lado. Os que ontem, como o nobre Deputado Paulo Mincarone, promoveram o enterro do Colégio Eleitoral e de seus defensores, hoje não se pejam da missão de reabilitar esse mesmo Colégio e de ressuscitar os "indiretistas", sepultados em plena praça pública.

Desejo, na oportunidade, como não me foi possível fazê-lo na sessão da Câmara, hoje, transmitir aos meus nobres pares um episódio que vou deixar registrado nos Anais do Congresso Nacional. Em 25 de abril, quando esta Casa votou a Emenda Constitucional pelas diretas, do nobre Deputado do Mato Grosso, Dante de Oliveira, o Deputado Adail Votorazzo, naquela noite, nos procurou a fim de que conseguissemos o apoio do Líder Hum-

berto Lucena para uma emenda constitucional, para a qual ele pretendia obter a assinatura da Liderança do PMDB no Senado. Na oportunidade, Sr. Presidente, o Deputado Adail Votorazzo nos fez uma proposta: se conseguissemos a assinatura do Líder Humberto Lucena na sua proposta constitucional, ele votaria nas diretas, com a Emenda Dante de Oliveira, porque anteriormente o Grupo Só-Diretas, do PDS, não havia obtido — assim ele me explicava — o apoio daquele Líder do PMDB no Senado. Fizemos, então, um entendimento, e o Deputado Adail Votorazzo, diante do Senador Humberto Lucena, que assinou a emenda de S. Ex^a, comprometeu-se em votar conosco. Ocorre que a atitude dele foi incorreta, desleal e deselegante, quando foi chamado a dar o seu voto na Emenda Dante de Oliveira, pois votou contra, rompendo um compromisso de lealdade que havia feito comigo e com o Senador Humberto Lucena. E, hoje à tarde, querendo agredir-nos, disse que enterramos o Colégio Eleitoral naquela oportunidade, para agora, sem pejo, nos unirmos aos "indiretistas", ressuscitando aquele Colégio.

Realmente, a nossa atitude, nesta Casa, sempre foi muito clara. Fizemos tudo que estava ao nosso alcance para aprovar as diretas. Dada a total impossibilidade de instituir o voto popular para escolha do Presidente da República, no Congresso Nacional, só tínhamos um caminho, eis que a lei determina que a sucessão do atual Presidente seja feita através do Colégio Eleitoral. Humilhante foi o procedimento do Deputado Adail Votorazzo, que, comprometido com a dignidade da sua palavra de votar "sim" na Emenda Dante de Oliveira, depois de conseguir a assinatura do Líder Humberto Lucena, votou contra.

Quero deixar registrado que o Deputado Adail Votorazzo não merece nem o respeito nem o crédito deste Deputado, porque não cumpriu o que é mais sagrado na pessoa humana, que é a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Almir Pinto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 45 minutos.)

DISCURSO PROFERIDO PELO SR. NELSON MARCHEZAN NA SESSÃO CONJUNTA DE 3-10-84 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. NELSON MARCHEZAN (PDS — RS. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, duas palavras apenas. A iniciativa do Governo em propor ao Congresso Nacional um projeto sobre a lei de informática encontra nos entendimentos desta noite a sua recompensa maior, quando recolhe dos pronunciamentos dos diversos Líderes a manifestação de solidariedade e de apoio à iniciativa que tomou. Realmente, é para nós motivo de justo orgulho realçar a identidade de mais esta iniciativa do Governo com os sentimentos da Nação. O projeto da informática vem ao encontro dos anseios maiores de todos nós, que queremos, cada vez mais, o nosso País com uma tecnologia própria, com suficiente conhecimento e capacidade empresarial, para não só resguardar os interesses do País, como, sobretudo, para se impor naquilo que é do nosso interesse no mercado internacional, extremamente importante. É verdade, Sr. Presidente, que esta opção do Governo e do Congresso Nacional vai custar ao País e aos brasileiros alguns sacrifícios, significativos investimentos e custos industriais. Mas sabemos que não há outro caminho, que não há outra trilha que leve ao desenvolvimento e a superioridade de um país no campo industrial. Estamos convencidos, Sr. Presidente, até porque conhecemos um pouco da história não só política, mas também econômica das nações, de que, no mundo moderno em que estamos vivendo, se capacitam para melhor enfrentar as dificuldades, melhor superar os problemas e a dar o melhor nível

de vida ao seu povo aquelas nações que se apropriam do conhecimento em geral, mas, sobretudo, que geram tecnologia através do esforço próprio. Não são as nações que só exportam matéria-prima aquelas que mais facilmente conseguem se defender das crises. Temos exemplos recentes: aquelas nações que exportam tecnologia conseguem, nas crises, transferir os seus custos, transferir as suas dificuldades para as nações importadoras, conservando-se fora das crises que abarcam, que atingem os países em desenvolvimento.

Portanto, este projeto, no meu entender, abrindo caminho e espaço para a indústria e a tecnologia nacionais, num setor de vital importância para o mundo, responde aos anseios do País e se coloca de acordo com a índole, com os compromissos, com a idéia, com os objetivos do Governo do Presidente Figueiredo.

Sr. Presidente, se não dissesse uma palavra com relação ao trabalho desenvolvido neste Congresso, não ficaria satisfeito. Começo por registrar que há cerca de 6 ou 8 meses o ilustre Ministro Danilo Venturini convidava a Liderança do PDS, seus Vice-Líderes e alguns Deputados para uma reunião preparatória de dizer, então, definindo a posição da nossa bancada, que o PDS daria todos os instrumentos, daria toda a legislação necessária para que o País tivesse seu complexo tecnológico e industrial, mas que nós, do Congresso Nacional, não dariaímos mais ao Governo nenhuma carta branca, nenhum cheque em branco, nenhuma autorização permanente e sem fiscalização.

Este Congresso, ao elaborar uma lei que representa o consenso, o meio termo as opiniões, preservou para si, como representante da Nação, a feitura e, sobretudo, a aprovação de novas leis, de novos planos, de novos projetos, mantendo o poder de fiscalização. Portanto, este projeto tem também esse aspecto importante, importantíssimo, no meu entender, na hora em que coloca este Congresso no centro desses acontecimentos, fazendo o acompanhamento dessa política, para garantir-lhe o sucesso que todos desejamos.

Devemos igualmente Sr. Presidente, realçar o trabalho da Comissão presidida pelo ilustre Líder da Oposição, Deputado Freitas Nobre, muito bem secundado pelo brilhante Senador Virgílio Távora, Relator da matéria que teve capacidade e inteligência, para nos oferecer um substitutivo que consubstanciava o entendimento geral. Não poderia deixar de ressaltar o trabalho da Comissão Mista, que enriqueceu o projeto original do Governo, ouviu a opinião dos dois candidatos à Presidência da República, de Ministros, de estudiosos, de empresários, de gente a favor e contra, e conseguiu, num tempo recorde, apresentar um trabalho que, no meu entender, não só orgulha o seu Relator, e os seus membros, mas orgulhará esta Casa, que o há de aprovar.

A bancada do PDS se sente mais uma vez extremamente feliz por representar um Governo que oferece à Nação projetos desta ordem, deste teor, que não só estão em consonância com os interesses nacionais, como merecem em boa hora a aprovação, a cooperação e o reconhecimento da própria Oposição. (Palmas.)

ATA DA 300^a SESSÃO CONJUNTA, EM 1º DE OUTUBRO DE 1984 (Publicada no DCN de 2.10.84 RETIFICAÇÃO

Na publicação feita no DCN de 2.10.84, página 2334, no cabeçalho da sessão,

Onde se lê:

Ata da 300^a Sessão Conjunta, em 1º de outubro de 1984
Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

Leia-se:

Ata da 300^a Sessão Conjunta, em 1º de outubro de 1984
2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 47^a Legislatura

ATA DE COMISSÃO

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 68, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-Lei nº 2.117, de 07 de maio de 1984, que “altera o Decreto-Lei nº 1.341, de 22 de agosto de 1974, e dá outras providências”.

ATA DA 1^a REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 1984.

Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezenas horas e vinte minutos, na Sala de Reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores João Lobo, Cláudionor Roriz, Passos Pôrto, Jorge Kalume, Galvão Modesto, Guilherme Palmeira, Fernando Henrique Cardoso, José Fragelli e Deputados Gomes da Silva, Moarildo Cavalcanti, Horácio Matos, Oly Fachin, Francisco Dias e Epitácio Cafeteira, reúne-se a comissão Mista incumbida de estudo e parecer sobre a Mensagem nº 75, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.119, de 14 de maio de 1984, que “dispõe sobre a incorporação da Gratificação que menciona ao provento da aposentadoria, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Severo Gomes, Eunice Michiles, Cid Sampaio e Deputados Nossa Almeida, Marcondes Pereira, Gilson de Barros, Aluizio Campos e Matheus Schmidt.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador José Fragelli, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador José Fragelli convida o Senhor Deputado Francisco Dias para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado: Para Presidente:

Senador Severo Gomes 10 votos
Senador Galvão Modesto 4 votos

Para Vice-Presidente:

Senador João Lobo 10 votos
Senador Cláudionor Roriz 4 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Severo Gomes e João Lobo.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador João Lobo, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, agradece, em nome do Senhor Senador Severo Gomes e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Moarildo Cavalcanti para relatar a matéria.

O Senhor Presidente comunica ter recebido Ofício da Liderança do Partido Democrático Social — PDS, no Senado Federal, indicando a Senhora Senadora Eunice Michiles para compor esta Comissão, em substituição ao Senhor Senador Martins Filho, anteriormente designado.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre a mensagem nº 75, de 1984-CN, do Senhor Presidente da República submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 2.119, de 14 de maio de 1984, que “dispõe sobre a incorporação da gratificação que menciona ao provento da aposentadoria, e dá outras providências”.

ATA DA 1^a REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 05 DE SETEMBRO DE 1984.

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezenas horas e quinze

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1984-CN, que “transfere competências do INCRA para o Ministério da Agricultura, dispõe sobre o regime jurídico do pessoal do INCRA, e dá outras providências”.

ATA DA 1^a REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 21 DE AGOSTO DE 1984

Aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezenas horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Galvão Modesto, Jorge Kalume, Passos Pôrto, Octávio Cardoso, Álvaro Dias, Mauro Borges, Marcelo Miranda, Enéas Faria e Deputados José Carlos Fonseca, Nilson Gibson, Francisco Sales, José Fogaça e Marcondes Pereira, reúne-se a Comissão Mista incumbida de examinar e emitir

parecer sobre o Projeto de Lei nº 7, de 1984-CN, que “transfere competências do INCRA para o Ministério da Agricultura, dispõe sobre o regime jurídico do pessoal do INCRA, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Carlos Lyra, João Castelo, Benedito Ferreira e Deputados Augusto Trein, Jorge Arbage, Fernando Sant'Anna, Mansueto de Lavor, Ciro Nogueira e Nilton Alves.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Passos Pôrto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivos regimentais, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Passos Pôrto convida o Senhor Deputado José Fogaça para servir como escrutinador.

Procedida a eleição verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Enéas Faria 12 votos
Senador Marcelo Miranda 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Jorge Kalume 12 votos
Senador Carlos Lyra 1 voto

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Enéas Faria e Jorge Kalume.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Enéas Faria agradece, em nome do Senhor Senador Jorge Kalume e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado José Carlos Fonseca para relatar o Projeto.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos Santos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1984-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor do Hospital das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), para o fim que especifica”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 3 DE SETEMBRO DE 1984

Aos três dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jorge Kalume, Gabriel Hermes, Moacyr Duarte, Passos Pôrto, José Lins, Marcondes Gadelha e Deputados Italo Conti, José Ribamar Machado, Nilson Gibson, Darcílio Ayres, Geraldo Fleming, Jorge Vianna e José Maria Magalhães, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 8, de 1984-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir à Presidência da República, em favor do Hospital das Forças Armadas, o crédito especial de Cr\$ 112.000.000,00 (cento e doze milhões de cruzeiros), para o fim que especifica”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Lourival Baptista, Mauro Borges, Gastão Müller, Fábio Lucena, Saldanha Derzi e Deputados José Lourenço, Luiz Guedes, Carneiro Arnaud e Abdias Nascimento.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Gabriel Hermes, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Gabriel Hermes convida o Senhor

Deputado Nilson Gibson para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:
Para Presidente:

Deputado José Maria Magalhães 10 votos
Deputado Geraldo Fleming 3 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Italo Conti 9 votos

Deputado Nilson Gibson 5 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados José Maria Magalhães e Italo Conti.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado José Maria Magalhães agradece, em nome do Senhor Deputado Italo Conti e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Jorge Kalume para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1984-CN, que “dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judicárias da Justiça Federal de 1ª Instância, e dá outras providências”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1984.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas, na Sala de reuniões da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Virgílio Távora, João Castelo, Jorge Kalume, Almir Pinto, José Fragelli, Hélio Gueiros e Deputados Moacirido Cavalcanti, Nosser Almeida, José Melo, Orestes Muniz e José Maranhão, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1984-CN, que “dispõe sobre a criação de cargos no Quadro Permanente das Secretarias das Seções Judicárias da Justiça Federal de 1ª Instância, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Gabriel Hermes, Benedito Ferreira, José Ignácio Ferreira, Enéas Faria e Deputados Francisco Erse, Oly Fachin, Antônio Florêncio, Ciro Nogueira, Arnaldo Maciel e JG de Araújo Jorge.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Almir Pinto, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Almir Pinto convida o Senhor Deputado Orestes Muniz para servir de escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:
Para Presidente:

Deputado José Melo 10 votos

Deputado Moacirido Cavalcanti 2 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Nosser Almeida 10 votos

Deputado José Maranhão 2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados José Melo e Nosser Almeida.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado José Melo agradece, em nome do Deputado Nosser Almeida e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Lourival Baptista para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Martinho José dos Santos, Assistente de Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada,

será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 14, de 1984-CN, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército o crédito especial de até Cr\$ 245.395.992.000,00 (duzentos e quarenta e cinco bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões, novecentos e noventa e dois mil cruzeiros), para o fim que especifica”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 1984.

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas e trinta minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Lourival Baptista, Jorge Kalume, Passos Pôrto, Morvan Acayaba, Gabriel Hermes, João Castelo, Hélio Gueiros, Alberaldo Silva e Deputados Francisco Rollemburg, Italo Conti, Osvaldo Melo, Guido Moesch, Geraldo Fleming, Rubem Figueiró e Flávio Bierrenbach, reúne-se a Comissão Mista do Congresso nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de lei nº 14, de 1984-CN, que “autoriza o Poder Executivo a abrir ao Ministério do Exército o crédito especial de até Cr\$ 245.395.992.000,00 (duzentos e quarenta e cinco bilhões, trezentos e noventa e cinco milhões e novecentos e noventa e dois mil cruzeiros), para o fim que especifica”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores João Lobo, Severo Gomes, Saldanha Derzi e Deputados Sebastião Curió, Gilson de barros, Raymundo Asfora e Jacques D'Ornellas.

De acordo com o que preceitua o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Gabriel Hermes, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Gabriel Hermes convida o Senhor Deputado Ruben Figueiró para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:
Para Presidente:

Senador Alberto Silva 12 votos

Senador Hélio Gueiros 2 votos

Para Vice-Presidente:

Senador Morvan Acayaba 12 votos

Senador Passos Pôrto 2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Alberto Silva e Morvan Acayaba.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Alberto Silva agradece, em nome do Senhor Senador Morvan Acayaba e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Italo Conti para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação.

Incumbida de Estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 15, de 1984 — (CN), que autoriza o poder executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000,00 (Um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO),
REALIZADA EM 25 de setembro de 1984

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezessete horas e quinze minutos, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Jutahy Magalhães, Jorge Kalume, Benedito Ferreira, Almir

Pinto, Lenoir Vargas, Marcelo Miranda, Mauro Borges e Deputados Albino Coimbra, Rita Furtado, Lúcio Alcantara, Oscar Alves, Anselmo Peraro, José Maria Magalhães. Carneiro Arnaud e Júlio Caruso, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre o Projeto de Lei nº 15, de 1984 — CN, que “Autoriza o Poder Executivo a abrir, ao Ministério da Saúde, o crédito especial até o limite de Cr\$ 1.700.000.000,00 (um bilhão e setecentos milhões de cruzeiros), para o fim que especifica”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado os Senhores Senadores Eunice Michiles, Virgílio Távora, Mário Maia, José Ignácio Ferreira e Deputados Tapety Júnior, Borges da Silveira e Jorge Viana.

De acordo com o que preceita o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Jorge Kalume que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Jorge Kalume convida o Senhor Deputado José Maria Magalhães para funcionar como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado: Para Presidente:

Deputado Anselmo Peraro 10 votos
Deputado Carneiro Arnaud 5 votos

Para Vice-Presidente:

Deputado Oscar Alves 9 votos
Deputado Lúcio Alcantara 6 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Anselmo Peraro e Oscar Alves.

Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Anselmo Peraro agradece, em nome do Senhor Deputado Oscar Alves e no seu próprio, a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Senador Almir Pinto para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Marcílio José da Silva, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e vai à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1984-CN, que “estabelece normas integrantes do estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento favorecido, diferenciado à Microempresa no campo Administrativo, Tributário, Trabalhista, Previdenciário e Creditício”.

ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 02 DE OUTUBRO DE 1984

Aos dois dias do mês de outubro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às dezenas horas, na Sala da Comissão de Finanças, no Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Benedito Ferreira, Jutahy Magalhães, Lourival Baptista, Eunice Michiles, Morvan Aacyaba, Severo Gomes e Deputados Jessé Freire, Israel Pinheiro, Siqueira Campos, Antonio Osório, Genebaldo Correia, Siegfried Heuser e Floriceno Paixão, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 16, de 1984-CN, que “estabelece normas integrantes ao Estatuto da Microempresa, relativas ao tratamento favorecido, diferenciado à Microempresa no campo Administrativo, Tributário, Trabalhista, Previdenciário e Creditício”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Jorge Kalume, Gabriel Hermes, Cid Sampaio, Fábio Lucena, José Ignácio Ferreira e Deputados Ricardo Fiúza, José Tavares, Jorge Leite e Pedro Sampaio

De acordo com o que preceita o Regimento Comum, assume a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Lourival Baptista, que declara instalada a Comissão.

Em obediência a dispositivo regimental, o Senhor Presidente esclarece que irá proceder a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão. Distribuídas as cédulas, o Senhor Senador Lourival Baptista convida o Senhor Deputado Siegfried Heuser para servir como escrutinador.

Procedida a eleição, verifica-se o seguinte resultado:

Para Presidente:

Senador Severo Gomes 12 votos
Em branco 1 voto

Para Vice-Presidente:

Senador Jutahy Magalhães 11 votos
Senador Morvan Aacyaba 2 votos

São declarados eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Senadores Severo Gomes e Jutahy Magalhães.

Assumindo a Presidência o Senhor Senador Severo Gomes agradece, em nome do Senhor Senador Jutahy Magalhães e no seu próprio a honra com que foram distinguidos e designa o Senhor Deputado Jessé Freire para relatar a matéria.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando, eu, Mauro Lopes de Sá, Assistente de Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros da Comissão e irá à publicação.

COMISSÃO MISTA

Incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que “dispõe sobre a política nacional de informática, e dá outras providências”.

ATA DA 13ª REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1984

Aos vinte dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e oitenta e quatro, às nove horas, na Sala da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores Roberto Campos, Virgílio Távora e Deputado José Jorge, reúne-se a Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de examinar e emitir parecer sobre o Projeto de Lei nº 10, de 1984-CN, que “dispõe sobre a Política Nacional de Informática, e dá outras providências”.

Deixam de comparecer, por motivo justificado, os Senhores Senadores Marco Maciel, João Lobo, Carlos Chiarelli, Marcondes Gadelha, Jutahy Magalhães, Severo Gomes, Pedro Simon, Henrique Santillo, Fábio Lucena e Deputados Djalma Bessa, Antônio Dias, Álvaro Valle, Darcílio Ayres, Carlos Sant'Anna, Cristina Tavares, Freitas Nobre, Ibsen Pinheiro, Odilon Salmoria e Brandão Monteiro.

Comparece, ainda, a Senhora Deputada Rita Furtado.

Havendo número regimental, são abertos os trabalhos pelo Senhor Deputado José Jorge, Vice-Presidente, no exercício da Presidência, que solicita, nos termos regimentais, a dispensa da leitura da Ata da reunião anterior, que, logo após, é dada como aprovada.

O Senhor Presidente esclarece que a presente sessão destina-se à realização de palestra do Senhor Ministro da Indústria e do Comércio, Doutor Murilo Badaró, convidando-o para tomar assento à Mesa.

Durante sua explanação, o Senhor Ministro Murilo Badaró diz estar a sociedade transitando da era industrial para a era da informação, como, também, enfatiza o fato de que a informática deverá desempenhar papel relevante no desenvolvimento de nossa indústria.

No período das interpelações usam da palavra os Senhores Senadores Roberto Campos e Virgílio Távora, Relator da matéria

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e, para constar, eu, Helena Isnard Accauhy Sarres dos San-

tos, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação, juntamente com o anexo taquigráfico dos debates.

ANEXO À ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DO CONGRESSO NACIONAL, INCUMBIDO DE EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 10, DE 1984-CN, QUE “DISPÕE SOBRE A POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 1984, ÀS 9 HORAS, INTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO, COM PUBLICAÇÃO DEVIDAMENTE AUTORIZADA PELO SENHOR DEPUTADO JOSÉ JORGE, VICE-PRESIDENTE DA COMISSÃO.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) — Havendo número legal, declaro abertos os nossos trabalhos.

Vamos iniciar mais uma reunião da Comissão Mista para exame do projeto da lei da informática e antes de passar a palavra ao palestrante da manhã de hoje, que é o Ministro Murilo Badaró, Ministro da Indústria e do Comércio, gostaria de, mais uma vez, comunicar aos membros da Comissão, e demais pessoas presentes, que estamos presidindo esta reunião tendo em vista que o Presidente efetivo, Deputado Freitas Nobre, foi obrigado a se ausentar do País a fim de atender a um convite para participação na Feira Nacional de Informática em Paris, França.

Após isso, passo a palavra ao Ministro Murilo Badaró para a fase inicial da sua exposição.

O SR. MURILLO BADARÓ — Sr. Presidente, Deputado José Jorge, Sr. Relator Senador Virgílio Távora, Sr. Senador Roberto Campos, minhas Senhoras e meus Senhores:

Meu caro Presidente, V. Ex^a avalia com que prazer volto aqui ao Senado, ao Congresso, depois de alguns dias dele ausente, por força do exercício do cargo de Ministro da Indústria e do Comércio e mais nesta sala da Comissão de Justiça e Constituição que esteve sob a minha presidência durante dois anos.

Não me dispensarei de dizer e na pessoa do Presidente e do Relator, assinalar que, desde o meu primeiro mandato de Deputado federal, aqui em Brasília, em 1967, jamais o Congresso deixou de aprimorar mensagens ou projetos de lei remetidos pelo Poder Executivo. Não há um só caso. Talvez as únicas exceções que confirmam a regra geral foram aquelas em que, por razões de falta de entendimento ou de grande excitação política, os projetos tenham aprovados por decurso de prazo.

Esta é uma norma que honra o Congresso brasileiro. É uma constatação histórica que enobrece a participação do parlamentar brasileiro na construção das nossas instituições na área política, na área social e na área econômica.

De forma que, na pessoa de V. Ex^a, do nobre Relator e dos membros desta Comissão, eu quero render, de público, as minhas homenagens à grande contribuição do Congresso no exame dos problemas fundamentais do País.

Do ponto de vista do Ministério da Indústria e do Comércio, assim entendemos o projeto ora em debate nesta Comissão:

POLÍTICA DE INFORMÁTICA A VISÃO DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

A aplicação de inovações tecnológicas e seus impactos sócio-econômicos não são novidade em nossa civilização. Um sem número de exemplos podem ser lembrados em todos os estágios do desenvolvimento mundial desde a descoberta do fogo, passando pelo motor a explosão, exploração mineral e do espaço. O aspec-

to diferencial, em nossos dias, na utilização das inovações tecnológicas é a velocidade com que são incorporadas ao processo produtivo. Em alguns segmentos, o dinamismo do desenvolvimento científico e tecnológico acelera de forma dramática e contínua a sua introdução nos processos tradicionais levando a sensíveis impactos sobre as condições sócio-económicas, impactos estes para os quais nem sempre a sociedade está preparada para sua absorção.

Dentro das tecnologias emergentes é quase impossível estabelecer, de forma clara, todas as oportunidades de seu aproveitamento no processo produtivo. Entre essas tecnologias destacam-se a microeletrônica e a informática, as quais apresentam características próprias quanto a velocidade de adoção e ao impacto. Todavia, todas se caracterizam pela interdependência de outros setores nacionais e internacionais não podendo se ilhar das grandes mudanças lá fora, nem manter descompasso com a velocidade da integração sob o risco de ineficiências fatais para a indústria nacional.

Na área da microeletrônica e da ciência da informação, nos últimos anos, tem havido um crescimento descomunal de aplicações envolvendo a armazenagem de informação, transmissão e manipulação de dados, devendo a dramáticos progressos em hardware tais como miniaturização, maior confiabilidade e capacidade, aumento na velocidade de operação e redução de custos. Um crescente suprimento de software e novas técnicas da ciência dos materiais tem garantido o crescimento explosivo da microeletrônica e da ciência da informação. Pelas suas características de tecnologia emergente, a informática apresenta exigências particulares que devem ser respeitadas para que seus benefícios possam ser irradiados a todos os segmentos da sociedade. A nova tecnologia é dependente de vultosos investimentos em pesquisa e desenvolvimento, comercialização e produção nem sempre disponíveis no Brasil, também em fase de crescimento energético.

Da mesma forma além de ser capital intensivo, a informática também exige investimentos proporcionais em recursos humanos. Essa demanda não pode ser agregada, pela diversidade de especialistas que devem interagir, para que o desenvolvimento seja harmônico e responda às necessidades do usuário. Nenhuma entidade poderá ser auto-suficiente em todas as fases do processo de geração de tecnologia. Essa tem sido a orientação dada pela STI — Secretaria de Tecnologia Industrial — do MIC, procurando agrigar cientistas e tecnólogos e recursos financeiros em programas com escopo definido dentro da realidade industrial. Tecnologia e a própria informática, devem ser consideradas como meio de garantir a qualidade e a competitividade do produto industrial.

A introdução da informática no processo produtivo brasileiro, onde ainda se utilizam tecnologias tidas como obsoletas, poderá ter impactos nefastos sobre as estruturas de emprego e de organização do trabalho, não obstante a nossa expectativa de dias melhores para a competitividade de nossa indústria a nível internacional. A integração dessa tecnologia emergente às tecnologias convencionais tem maiores possibilidades de sucesso, nas condições locais, para melhoria, adaptação e inovações do que aquelas introduções de tecnologias completas em bases turn-key.

Não obstante o desenvolvimento já observado no país, a aplicação de sistemas e equipamentos computacionais está ainda restrita a uma pequena parte das indústrias, especialmente quando considerados os usuários de pequeno e médio porte, necessitando operar com maior grau de flexibilidade e dispor de escassos recursos financeiros e humanos.

Dante desta constatação, há que se atentar para o fato de que uma parcela ponderável destas empresas participa das exportações brasileiras na rubrica referente a produtos industrializados manufaturados. Os fatores que contribuem para a competitividade de tais produtos particularmente mão-de-obra barata deixam de ser signifi-

cativos a medida que o país diminua seus custos de produção pela adoção de recursos computacionais. Esta tendência levará ao deslocamento de certos produtos brasileiros, como calçados, mobiliário e vestuário pela perda de competitividade.

A atual crise econômica mundial, gerando desemprego nos países desenvolvidos, de fato vem criando condições para o uso de barreiras protecionistas de natureza tarifária e mais recentemente de barreiras técnicas, as quais afetarão ainda mais o país que não possui forte estrutura de tecnologia básica industrial e de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Em alguns desses países desenvolvidos, a proteção à indústria local vem sendo feita através do estabelecimento de incentivos visando a rápida introdução de microprocessadores em seus parques industriais, com o claro objetivo de reduzir a necessidade de importação e melhoria da competitividade. Diferentemente do que é adotado no Brasil, esses incentivos não criam problemas tarifários pois são fixados de forma indireta, como por exemplo, apoio a P&D na empresa ou deduções fiscais na aquisição de bens de capital e serviços computacionais.

Do ponto de vista da política a longo prazo, a computarização dos meios produtivos nos países desenvolvidos poderá afetar significativamente os seus investimentos no terceiro mundo. A nossa decantada vantagem comparativa de mão-de-obra mais barata, poderá ser a armadilha para a sucateação de nossa indústria — principalmente na medida em que, pela adoção das novas tecnologias — intensivas em capital — as nações do hemisfério norte decidirem por reter seus investimentos nos países de origem e aí consolidarem suas principais plantas. Certamente que a nós outros, inseridos no jogo do comércio internacional, só resta transformar este curso da divisão internacional do trabalho pela modernização tecnológica de nosso parque, ajustada às peculiaridades do País.

A consciência dessas ameaças sobre a indústria nacional tem orientado o posicionamento do MIC no sentido da mobilização das disponibilidades nacionais em termos da capacidade técnica e industrial na área da ciência e da tecnologia para reduzir a vulnerabilidade do País. A experiência do modelo adotado, sob a coordenação do MIC, não pode ser desconhecida, pois retrata mecanismos ajustados aos mais diferentes segmentos industriais e que levaram o Brasil à oitava economia do mundo não comunista.

Essas considerações iniciais são necessárias no desenvolvimento do tema nesta Comissão. A sociedade está transitando rapidamente da era industrial para a era da informação. Os pensadores, tecnocratas e ideólogos admitem que não podemos perder a oportunidade agora — no pressuposto quase dogmático, que a tecnologia internamente concebida será a alavanca para atingirmos, no devido tempo, a estrutura social justa e almejada por todos os povos, no que estamos de acordo. Muitas reflexões têm sido feitas nos mais diferentes ambientes de debate, sobre as alternativas de ação política a serem implementadas. Cada qual tem o seu modelo de ação e de sociedade a construir.

Já pertence ao passado de nossa estrutura econômica a predominância do setor primário em nosso Produto Interno Bruto. Temos assistido, de forma nítida e constante, a ascensão do segmento da indústria de transformação, não somente no mercado interno mas também em nossa pauta de exportações. De 1970 a 1983, enquanto a produção agropecuária nacional se expandiu em 80%, a indústria de transformação acusou um crescimento de 110%. Para um total de 10 bilhões de dólares exportados em 83, cerca de 5,1 bilhões corresponderam ao setor de manufaturados. Incluídos os semi-manufaturados, esta parcela foi de 5,9 bilhões de dólares no mesmo período. Isto é, a indústria de transformação foi responsável, em 1983, por 57,6% da receita com ex-

portações. O primeiro semestre de 1984 já acusou que a exportação de manufaturados e semi-manufaturados foi responsável por 63,6% dos 12,6 bilhões de dólares totais exportados. A ascensão continuada deste setor, pela penetração em novos mercados e pela expansão daqueles já consolidados, dependerá de vários fatores, mas certamente será função da tecnologia incorporada aos processos e produtos de nosso parque industrial. Dentro do atual cenário econômico caracterizado pela crise mundial que ora atravessamos, é imperiosa a modernização tecnológica de nosso parque de forma a não perder o momentum já adquirido e tentar atingir novos patamares de competitividade. Ao lado disso, sem perder de vista o preenchimento das necessidades do mercado interno, necessário se faz a adaptação das tecnologias exógenas ao contexto nacional e a avaliação judiciosa das mudanças sociais que certamente ocorrerão em consequência da modernização tecnológica de nosso parque.

Por esse motivo é estrategicamente essencial a formulação de uma política de aplicação da informática orientada à oferta de produtos e serviços computacionais após a necessária, prévia e exaustiva análise das demandas e necessidades dos diferentes segmentos usuários da nova tecnologia, bem como uma avaliação tecnológica ex ante dos correspondentes impactos sócio-culturais. Nesta linha de pensamento pode-se afirmar que a adoção de uma política de CAD/CAM no Brasil, não pode estar dissociada da análise prévia das necessidades da indústria nacional, usuária desta tecnologia. O mesmo pode ser dito para a robótica, para os sistemas flexíveis da manufatura, enfim, para automação industrial do seu sentido mais amplo.

A realização de estudos setoriais e tecnológicos prévios, que devem orientar não somente o Governo mas também o empresário, em sua decisão pela adoção de uma nova tecnologia, é elemento estratégico essencial para a minimização dos riscos políticos, sociais e econômicos inerentes à adoção de uma inovação.

É fora de qualquer dúvida que a informática deverá desempenhar papel relevante ao desenvolvimento da competitividade de nossa indústria. Certas questões como: qual o custo que estaremos pagando pela introdução indiscriminada de novas tecnologias de automação? Qual o contingente de mão-de-obra que estará sendo deslocado pela adoção da nova máquina? Qual o custo financeiro o incremento do capital necessário que estará sendo colocado ao empresário, particularmente nas atuais taxas de juros? Deverão ser respondidas.

As respostas a esses problemas não são tarefas simples nem de solução imediata mas requerem debate amplo com participação não só de uma comunidade ligada a informática mas também aquela que, em outra esfera da atividade tecnológica, quer se valer do uso das novas máquinas para vencer as barreiras de obsolescência tecnológica.

A intenção do MIC, através da STI, já começa a se desenvolver nesta área. A preocupação de dotar as usinas de álcool de modernos equipamentos e tecnologias, tem levado o Governo, através do MIC, a desenvolver estudos experimentais na área de automação dos processos envolvidos. A ação da STI, tem levado à integração dos interesses dos produtores de açúcar e álcool, dos empresários de bens de capital do setor, das firmas de consultoria especializada e dos centros de tecnologia.

O processo de automação deve ser estudado sob três aspectos: intensidade, velocidade e seletividade. Neste ponto é essencial avaliar o grau de intervenção do Governo no processo e até que ponto as forças de mercado deverão conduzi-lo. É preciso estabelecer, de forma precisa, como o Governo deve intervir e diversificar o grau de intensidade setorial em que se implantará a automação no País, considerando a atual crise econômica mundial bem como suas repercussões no futuro. Por outro lado, é preciso estabelecer o ritmo da automação no País através de um cronograma de duração, de modo a

manter o processo sob controle e evitar consequências negativas. Da mesma forma, temos que levar em conta as consequências dos aspectos seletivos do processo, elegendo os setores com potencial para a automação, para que sejam capitalizados, obtenham tecnologias próprias e/ou capacidade de desenvolvimento, tenham expressiva capacidade de exportação, e atendam às condições do País no que respeita ao nível de emprego, de organização e de relações do trabalho. Esses pontos e outros que podem ser levantados têm uma importância fundamental na implantação de um modelo econômico socialmente justo. Eles devem definir se a economia de mercado e a livre iniciativa serão os paradigmas, ou se a centralização e burocratização e o intervencionismo do Estado vão dirigir nossa nova sociedade informatizada.

É tarefa prioritária, dentro do MIC, a proteção dos interesses dos usuários. O estabelecimento do Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — SIMETRO, implantado pelo MIC, em dezembro de 1973, materializou uma filosofia visando entre outros pontos à melhoria da qualidade do produto consumido pelo cidadão brasileiro. O SIMETRO, tendo no Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial — INMETRO o seu órgão maior de execução, atuando articulado com associações de classe e a Associação Brasileira de Normas Técnicas — ABNT, tem desenvolvido amplo trabalho no estabelecimento de normas técnicas e sistemas de garantia da qualidade. A informática não tem fugido a esta gama de atuação se constituindo em fonte de contínua preocupação. O fortalecimento da indústria nacional do setor, atingindo um padrão de competitividade internacional, será função da observância de um conjunto de normas e padrões que ainda estão para ser estabelecidos no Brasil. O surgimento da nova interação homem-máquina, trazendo contínua proximidade do usuário com sistemas de processamento de dados, merece de nós um estudo mais acurado. O mesmo deve ser dito sobre padrões de atendimento ao usuário, manuais, treinamento, adequada documentação, preservação de compatibilidades, padrões de interfaces, protocolos de comunicações etc.

O MIC, por sua missão constitucional, repito, tem uma forte sensibilidade pelos interesses daqueles que, em última instância, são os consumidores e usuários finais dos produtos e serviços que nos preocupam no momento.

A informática penetrará em todas as atividades humanas. Não está distante da nossa realidade a fábrica totalmente autorizada resultante da velocidade do progresso técnico nesse setor. O CAD/CAM já está sendo implantado em algumas empresas no País, o número de máquinas-ferramentas, controladas numericamente, instaladas no Brasil, já ultrapassa nove centenas e muitos processos contínuos já estão sendo automatizados. A automação, pelo uso dos mini e microcomputadores, já se inicia em nossas usinas siderúrgicas, fábricas de vidro plano, geração e distribuição de energia elétrica etc.

No âmbito do comércio, também de competência do MIC, a generalização dos sistemas integrados de ponto de venda no comércio varejista é hoje imperativo, que poderá contribuir no controle da inflação, na medida em que baixando os custos da comercialização certamente induzirá uma redução nos preços ao consumidor. O MIC está estreitamente em articulação com a SEI visando a implantação de um Código Nacional de Produtos voltados para automação comercial e estabelecendo padrões e sistemas de garantia de qualidade, através do INMETRO, e fomentando a adoção de novos sistemas de interação com a máquina como o de código de barras.

CENTRALIZAÇÃO

Conforme ressaltado por especialistas e estudiosos, a informática, pelas suas características de multifinalidade, não pode nem deve ser tratada de forma setorial. Essa necessidade de atuação equilibrada, face a comple-

xidade dos setores industriais, tem-se constituído em atividade realizada diretamente no Ministério da Indústria e do Comércio. O MIC conduz ou participa de programas na área da indústria de transporte, telecomunicações, metalurgia, química, máquinas agrícolas, combustíveis líquidos, agroindústria de açúcar e do álcool, borracha, sal etc. Essa ação se irradia na área do turismo, comércio interno e exportação.

Esse desenvolvimento industrial vem sendo orientado de forma a promover a indústria brasileira com o constante fortalecimento da tecnologia nacional. Essa evolução tem levado à materialização da capacidade tecnológica nacional entendida como a capacidade de escolher, desenvolver e comprar a tecnologia que mais se ajuste à nossa realidade.

Gostaria de destacar o PROALCOOL que foi executado de forma descentralizada com o envolvimento de vários órgãos e entidades nacionais. Graças a esse procedimento foi possível atingir as metas de produção, ganhos significativos de produtividades e no rendimento dos motores, além de gerar um potencial tecnológico que garante a competitividade com os derivados de petróleo.

Sem dúvida a informática apresenta características e complexidade distintas e não só pela sua dinâmica como pela sua penetração abrangente. Mais necessária se torna uma adequada coordenação para garantir o seu progresso para o bem da sociedade aproveitando todo o potencial humano e de infra-estrutura disponível no País.

Por outro lado, quanto maior a centralização tanto maior o risco de indefinições e superposições sobre papéis do Governo e da iniciativa privada, inibindo e retardando o processo. A centralização levaria provavelmente ou à formação de grandes grupos privados sob a tutela governamental, ou à formação de empresários ineficientes com prejuízo aos usuários. A centralização leva ao poder de comando e controle do todo, através da parte, e há exemplos inúmeros de dificuldades. Para que a modernização do nosso parque industrial ocorra no tempo próprio, esses entraves precisam ser considerados sem perder de vista o fortalecimento da indústria de computadores e outras máquinas automáticas de tratamento de informação e de componentes que integram ou complementem sistemas eletrônicos.

Nesse sentido a função Governo deverá ser valorizada através da ação coordenadora deixando à iniciativa privada a responsabilidade pela maximização dos benefícios potenciais da informática para a sociedade mais justa.

O Projeto de Lei

Com base nessas considerações de caráter genérico que retratam a importância da informática no desenvolvimento social e econômico do País, permito-me salientar alguns aspectos específicos do projeto, muitos dos quais se sobrepõem às atuais atribuições do Ministério da Indústria e do Comércio na área da política industrial e agroindustrial, tecnológica, comercial e de serviços.

O Conceito da Informática

Como está no projeto, o conceito de atividade de informática é por demais abrangente. A conceituação deveria se limitar à universalmente aceita **computer industry** entre os americanos ou a **informatique** dos franceses.

Convém que a Política Nacional de Informática trate das questões substanciais, que não estão nos brinquedos eletrônicos, nas máquinas eletronicamente controladas, etc., mas nos computadores, no **software**, nos bancos de dados, nas redes e nos sistemas de processamento eletrônico da informação. Ainda assim, as dificuldades que um conceito mais restrito possa trazer, podem ser dirimidas a nível de um órgão maior, como o Conselho de Informática que o MIC preconiza, onde os diversos agentes envolvidos têm voz e voto.

Os Objetivos da Política Nacional da Informática

A capacitação tecnológica nacional, como meta prioritária é legítima e nisto o projeto deve ser apoiado.

Ao lado disso, porém, não podemos perder de vista que os objetivos precisam levar em conta outros aspectos como a qualidade do produto, incorporação contínua de tecnologia atualizada, garantia ao usuário de preços competitivos, de bens que atendem às necessidades do mercado nacional e compatibilização com a realidade sócio-política e cultural do País.

Essa orientação é fundamental para que o todo da indústria nacional seja atendido adequadamente.

Reserva de Mercado

O tema reserva de mercado tem sido abordado extensamente em todas as oportunidades. Essa discussão desvia a atenção de pontos essenciais que fortalecerão o desenvolvimento da informática no País. Não se questiona a validade da reserva pois ela tem sido usada em toda a história do desenvolvimento industrial e numerosos são os exemplos de sua adoção no País.

Todavia, a reserva de mercado pressupõe privilégios que, como tais, não podem ser indefinidos no tempo e não devem ser independentes de obrigações. Por outro lado, os privilégios deverão ser democraticamente abertos ao empresariado nacional e por esse motivo a legislação deve ser acompanhada de medidas para preservar dos abusos do poder econômico. A mesma sociedade que confere privilégios deve estar, por outro lado, aparelhada para cobrar obrigações e fiscalizar desempenhos. As empresas privilegiadas com a reserva de mercado devem ser cobradas: produtos com qualidade, preços adequados e tecnologia atualizada.

A reserva à empresa nacional nascente, por período limitado e acompanhado de compromissos e obrigações, é um indispensável instrumento à capacitação tecnológica nacional. Deve ser considerada como transitória para permitir o desenvolvimento da indústria nascente sem perder de vista que a meta maior é a competitividade a nível internacional, único aferidor na competência a ser estimulada pela Política Nacional de Informática.

Empresa Nacional e "Joint Ventures"

O conceito de empresa nacional — beneficiária de incentivos e da reversa de mercado é o fulcro deste projeto. No art. 16 o projeto de lei qualifica o que se entende por empresa nacional — "Para os efeitos desta Lei, empresas nacionais são as entidades privadas organizadas de conformidade com Lei brasileira, sob efetivo controle nacional, que aqui tenham sede da administração e cujo centro de absorção e geração de tecnologia se situem no País".

O efetivo controle nacional, entendido no projeto, consagra o princípio da desejada autonomia tecnológica, onde se concentra em realidade o cerne do problema, é o objetivo maior da Política.

Em realidade a autonomia tecnológica será muito mais uma função da competência técnico-gerencial da empresa nacional e do seu poder de barganha, frente a um possível sócio estrangeiro minoritário. O MIC entende que esta competência técnico-gerencial está ligada à capacidade de escolher, comprar, gerar e usar tecnologias em função das necessidades locais.

A Política Nacional de Informática, pois, não deveria barrar a injeção do capital estrangeiro, mas discipliná-lo e conduzi-lo de acordo com os interesses nacionais e considerando a evolução do nível de competência técnico-gerencial.

Nesse sentido, o MIC não exclui a formação de **Joint Ventures** desde que respeitadas as condições de autonomia tecnológica nacional. O sócio estrangeiro, se portador de tecnologia, poderá ser aceito minoritariamente, respeitadas as regras que vêm sendo estabelecidas pelo

Instituto Nacional da Propriedade Industrial — INPI e garantida a real competência técnico-gerencial do parceiro nacional.

A CONDUÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE INFORMÁTICA CONSELHO NACIONAL DE INFORMÁTICA

O MIC propugna por uma Política formulada por um Conselho Nacional de Informática, a nível da Presidência da República, com composição paritária governo-interesse privado claramente estabelecida em lei. A posição do Ministério, neste ponto, é sólida: entregar-se a formulação da Política Nacional de Informática a um Conselho, sob a orientação da Presidência da República e no qual participem, paritariamente, membros do Poder Executivo e todos os segmentos da sociedade interessados na formação dessa Política. O Conselho deve representar os mais diferentes interesses em jogo e respeitar a competência dos diferentes órgãos da administração pública federal mais diretamente ligados ou afetados pela informática.

Este Conselho deve ser o responsável pela formulação da Política Nacional de Informática além de ser o órgão máximo a orientar, regulamentar e disciplinar as atividades de informática no País.

A Secretaria Especial de Informática atuará como órgão executivo do Conselho nacional de Informática.

A formulação de um Conselho nessas condições, assegurada a representatividade dos diversos órgãos ligados à informática e seu uso, deverá buscar a descentralização de algumas das ações executivas respeitando, desta forma, as atribuições de órgãos como o CDI, MINICOM, INPI, STI, instituições de fomento, e outros.

INCENTIVO A INDÚSTRIA NACIONAL

Além da reserva de mercado, outros mecanismos como linhas especiais de crédito, de incentivos fiscais e creditícios e uso do poder de compra do Governo, sem dúvida conduzirão ao fortalecimento da informática. Subsídios e incentivos devem ser dirigidos particularmente para adequada capacitação tecnológica, criação de mercados internos preferenciais, produção de software e hardware e geração de exportações. "Este é um eficiente agente da mobilização dos valores pluralistas e vitais de uma sociedade que se quer de homens livres e é um processo adequado de evitar estatização".

O uso do poder de compra pelo Governo, sem dúvida, representa um instrumento potencial e de grande significação particularmente se as programações tiverem um esquema plurianual. O poder de compra pode ocorrer diretamente no uso de informática no sistema educacional, no setor médico ou indiretamente em projetos financiados pelo Governo. Na área agrícola, o uso do computador pode ser um poderoso instrumento de apoio à extensão rural.

A proposta governamental deve ser exaltada neste particular, quando propõe medidas de incentivos fiscais e creditícios às empresas nacionais que se comprometam com a realização de pesquisa e desenvolvimento. Seria importante ressaltar a necessidade de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico nas áreas básicas que dão suporte à informática como a microeletrônica, física, matemática, materiais, metalurgia, mecânica, etc.

Todavia, dois pontos merecem serem melhor contemplados:

a) O fomento ao setor de software e serviços que reclamam tratamento diferenciado e especial. O fomento ao desenvolvimento do software nacional requer novos mecanismos como capital de risco para desenvolvimento e financiamento à comercialização de produtos e serviços. Este segmento é alvo das preocupações do MIC, neste momento, quando se debate a introdução de sistemas de automação da manufatura, CAD/CAM e controle de processos;

b) estímulo aos mecanismos de financiamento à venda e locação de produtos das empresas nacionais — absolutamente imprescindíveis à capitalização do setor. Por isso que o MIC vem apoiando esforços para aperfeiçoar as ações de fomento à comercialização.

Automação e desemprego

Finalmente, gostaria de chamar a atenção para um ponto do maior significado social e que se torna essencial a um país com as características do Brasil. É inegável o fato que a informática invadirá a indústria alterando fortemente a composição capital-trabalho, reorientando formas organizacionais, redefinindo culturas e metodologias de trabalho e, certamente, influindo sobre a estrutura de emprego.

O dilema trazido pela automação industrial e refletido pela melhoria da produtividade de fatores de produção versus desemprego da mão-de-obra, deverá ser resolvido pela mediação governamental.

Por esse motivo, o MIC deve ter uma participação fundamental neste processo, dado o seu papel constitucional de condução da Política Industrial.

As decisões pela adoção da automação industrial no País devem, além de amplo debate com os segmentos de interesse, ser precedidas de estudos e pesquisas acurados sobre os esperados impactos no emprego de mão-de-obra, treinamento de pessoal, absorção de novos especialistas, organização do trabalho, ganhos esperados na produtividade dos fatores e no crescimento das exportações, principalmente num país que tem taxas de incremento demográfico a níveis quase explosivos.

Afinal, não nos podemos afastar da realidade de que, não obstante sua importância, a informática é um dos instrumentos que deverão alavancar o desenvolvimento econômico/social e político da Nação. Por isso, a formulação de uma Política Nacional de Informática deve ser colocada no contexto maior de um Plano Nacional de Desenvolvimento, e suas ações, programas e projetos se subordinarem a outros parâmetros de nosso esforço de desenvolvimento.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) — Concluída a primeira parte da palestra do Ministro Murilo Badaró, nós nos congratulamos com a forma clara e precisa como S. Ex^a definiu os conceitos iniciais, mas também como S. Ex^a colocou a sua opinião sobre diversos pontos do projeto, o que, sem sombra de dúvida, facilitará o debate e, principalmente, as conclusões desta Comissão.

Então, iniciamos a segunda parte colocando em aberto para os debates com os parlamentares presentes. (Pausa.)

Não havendo nenhum parlamentar inscrito, passo a palavra ao relator, Senador Virgílio Távora.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Ministro Murilo Badaró, o relator tem tido por norma, em lugar de expor opiniões, procurar, justamente, colher, dos diferentes depoentes, subsídios, pontos de vista sobre alguns dos tópicos que são contraditórios.

V. Ex^a, antes de mais nada, permita-me elogiá-lo pela forma com que apresentou o seu depoimento. Sem entrar no modo de agir de cada um estimaria que todos assim o tivessem feito: das a sua opinião geral e depois, sobre o projeto, dizer: concordo com isso, não concordo com aquilo, o que tornaria muitíssimo mais fácil até o debate.

Lamentavelmente, uma contribuição tão vasta e tão preciosa como a que V. Ex^a deu, tem, hoje, por parte da Comissão, ignorar o motivo, uma audiência tão reduzida.

O SR. MURILO BADARÓ — Mas de grande qualidade.

O SR. RELATOR (Murilo Badaró) — Vamos suprir, então, a quantidade esperando pela qualidade dos partidos.

Como não houve perguntas a V. Ex^a, cabe ao relator dizer o seguinte: nº 1 — nós estamos diante de um fato concreto, temos um projeto do Governo que ou conseguimos aprová-lo, aperfeiçoando-o nos seus extremos nos seus excessos, que alguns deles já aqui foram tão proclamados, votando-o, ou ele passa por decurso de prazo. Isto é algo pobre que muitos dos que aqui têm vindo...

O SR. MURILO BADARÓ — Essa segunda hipótese seria lamentável.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — ... não se aperceberam. Então, todo o nosso esforço circundando essas suas palavras agora proferidas, deve ser para obter um relatório que permita ter, senão por unanimidade, pelo menos, uma maioria pronunciada na Comissão e no Plenário; primeiro que por aqui seja aprovado, e depois quando na votação do Congresso, reúna em torno de si o número suficiente de sufrágios para ser dado como passível de ir à sanção presidencial.

Em assim, a primeira pergunta a V. Ex^a é a seguinte: Reserva de mercado: V. Ex^a concorda com o projeto governamental, aqui já foi afirmado. Teria algum administrativo a fazer a respeito?

O SR. MURILO BADARÓ — Apenas um conceito de ordem ética. É que, no momento em que o Governo conceder privilégios, ele deve fixar, através do projeto, normas absolutamente claras e explícitas fixando, também, responsabilidades.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Felicitamos com essas suas últimas palavras, porque, justamente, desde as primeiras horas, cuidamos que a reserva de mercado deve responder à fixação, também, de um lado, dar-se direitos, privilégios, de outro, deveres.

O SR. MURILO BADARÓ — Desculpe, Senador, aí vai a palavra um pouco como de advogado...

Num projeto como este, do qual V. Ex^a será o relator e fará com a competência que lhe é habitual, a redação de dispositivos que não permitam interpretações contraditórias, porque senão isto estabelece um contencioso interminável, nos tribunais, o que pode levar a prejuízos insuperáveis ao estabelecimento de uma determinada política

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Concedemos aparte ao eminente Senador por Matto Grosso.

O SR. ROBERTO CAMPOS — Sr. Presidente, Sr. Ministro.

A palavra reserva de mercado é ambígua, que interpretação dar-lhe? Se a reserva de mercado é a nível do País, uma reserva de mercado para o produto nacional contra o produto estrangeiro, não há discrepância, todos somos a favor disso. Discute-se apenas o método. O método eficiente é o das tarifas aduaneiras. O método ineficiente, porque se presta à corrupção e ao intervencionismo burocrático é a licença de importação. Entretanto, estamos todos de acordo com o objetivo, reserva de mercado para o produto nacional contra o produto produzido no exterior.

Há outro sentido... (falla de gravação)

Inaceitável é a reserva de mercado ao nível de empresa, quer dizer, a entrega exclusiva do mercado a um determinado número de empresas, três em um caso, cinco, em outro, ou o que seja, ficando os demais produtores cassados no seu direito de produzir, ainda que não peçam nada ao Governo.

Suponhamos que eu decida constituir uma firma para produzir minis, não tenho capital nem competência empresarial para isso, mas suponha que eu queira produzir mini e que declare que nada preciso do Governo. Entretanto, teriam sidos escolhidos já cinco produtores, eu

fico cassado no meu direito de produzir, sou um cassado econômico.

É aceitável isso, Sr. Ministro? A meu ver, não é aceitável. Dizem os autores do projeto do Governo que introduziram um artigo no qual se diz que, desde que não haja a solicitação de favores ao Governo, qualquer um pode produzir no interior do País. Mas como o escorpião oculta o seu veneno na cauda, a cauda está em que se exige, ou sem mantém em mãos do Governo o controle da importação. Então, o cidadão vê a sua liberdade privada pelo fato de que uma autoridade, arbitrariamente, decide sobre licenças de importação. Ele está cassado no seu direito de produção.

Uma outra condição é a autonomia tecnológica. Quem é que vai decidir o grau de autonomia tecnológica e o que é tecnologia? Aí uma outra confusão muito grande entre tecnologia própria e capacitação tecnológica própria. Todos nós devemos aspirar à capacitação tecnológica própria. Tecnologia própria é coisa que o Japão pensa que não alcançou, está criando empresas no Vale do Silício, nos Estados Unidos, para se impregnar de tecnologia e os americanos têm inúmeros acordos de transferência de tecnologia e cooperação tecnológica com o Japão. Eles não se consideram tecnologicamente autônomos. Nós consideramos autonomia tecnológica, investindo meio por cento do esforço mundial de pesquisa e desenvolvimento, é um sonho de uma noite de verão, se não mesmo paranóia.

Sr. Ministro, a minha atitude em relação a este problema se baseia no símilo da fábula do macaco bom. Eu tenho muito medo de governos que queiram salvar o empresário, proteger o empresário, fortalecer o empresário, preservá-lo da competição. A fábula do macaco bonzinho é de um macaco numa floresta africana que, numa grande enchente, pedurado numa árvore, num galho de árvore, viu um peixinho debatendo-se contra a corrente, e disse: vou salvá-lo. Ele tirou o peixinho da água e ele morreu. Não queremos macacos salvando peixes, deixem que os peixes se debatam na correnteza, como muito bem disseram aqui, o Dr. Viacava, ontem, e o Dr. Ribeiro Whitaker anteontem.

O SR. MURILO BADARÓ — Senador Roberto Campos, eu quero confessar de público a minha grande admiração por V. Ex^a

Seu antigo leitor, em que a admiração ao estilo, à fluência, à terminologia adequada, muitas vezes, não são capazes de impedir discordância com os seus pontos de vista, o que nem por isso deixa de fazer com que eu seja um admirador da sua inteligência, da erudição e da sua cultura. No último domingo, tive oportunidade de ler o artigo que V. Ex^a fez publicar, no *Globo* e no *Estado de S. Paulo*, exatamente sobre o problema da reserva de mercado, encimado por uma frase atribuída ao General De Gaulle sobre o Brasil.

A posição do MIC expressa nesse documento é de que realmente consideramos indispensável a reserva de mercado para a proteção da indústria nacional. Ainda que não raro, o excesso de intervencionismo do Estado pode levar a essa situação de macacos pretendendo salvar peixes de correntezas.

Mas, em verdade, no caso especial da informática, eu considero que, para determinados setores dela, essa proteção explicitada de maneira clara e definida na lei, sem a criação daquilo que V. Ex^a se refere, com grande precisão, dos chamados cartórios burocráticos, que são a matriz de todo o processo de corrupção administrativa, esta é uma posição indispensável para que a indústria de informática, no Brasil, possa adquirir a sua capacitação tecnológica.

De maneira que não há grandes divergências em relação a esse assunto e esse privilégio deve ser democraticamente aberto a todo o empresariado nacional. E aí é exatamente o que se quer, a eliminação de qualquer possibilidade, no texto da lei, da criação dos cartórios burocráticos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) — Continua a palavra com o Senador Virgílio Távora.

O SR. RELATOR (VIRGÍLIO TÁVORA) — Então, retomando a palavra Sr. Ministro, há várias emendas, só para elucidar aqui a Comissão, que ainda restringem mais as disposições do item do art. 8º.

Apenas como informação aqui à Comissão e àqueles que não se debruçaram sobre o exame completo do projeto. Mas voltaria ao cerne da nossa pergunta: os privilégios que não podem ser definidos no tempo, a não serem dependentes de obrigações. V. Ex^a tem alguma sugestão de qual seriam essas obrigações ou aquelas consignadas no projeto, a seu ver, já são suficientes?

O SR. MURILO BADARÓ — O Ministério tem todo um sistema já estabelecido referente a metrologia, ao controle de qualidade, ao estabelecimento de normas técnicas...

As obrigações do empresário privilegiado deveriam estar adstritas às questões da qualidade e, principalmente, da capacidade de produzir a custos que beneficiem o usuário final de todo o processo da política de informática que é o consumidor. As obrigações devem estar centradas no controle de qualidade, do produto e, principalmente, na capacidade de produzir a preços realmente competitivos.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Então, atendendo o apelo de V. Ex^a, vamos diminuir, ao máximo, as nossas perguntas, e encerrar aqui a nossa intervenção.

V. Ex^a então, será de acordo com todas aquelas, devem ser com as restrições que vamos fazer, inclusive a preferência que se dá ao produto nacional, ao produto de empresas nacionais, sem estabelecer um termo de comparação que será consignado no PNI, aprovado aqui pelo Congresso, a fim de que não se atribua uma exclusividade absoluta que geraria a formação de cartéis nessas diferentes concorrências.

O SR. MURILO BADARÓ — Senador Virgílio Távora, eu pediria a V. Ex^a uma atenção muito especial para a emenda apresentada pelo Senador Morvan Acaíaba que propõe uma modificação no art. 8º do projeto de lei, que é a proteção ao mercado nacional, e a seu fomento, permitindo ao Executivo adoção de restrições no que diz respeito à importação de bens de informática. Essa definição ficaria a critério do Poder Executivo, com reavaliações periódicas, por parte do Ministério da Indústria e do Comércio, que tem a seu cargo um instrumental todo, um mecanismo operacional capaz de discernir ou capaz de dar formas muito claras a essas restrições para a proteção da indústria nacional.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Agradeço a V. Ex^a. Quanto ao problema da *joint-venture*, V. Ex^a aceita, desde que garantida a real competência técnica e gerencial do parceiro nacional. Porque temos encontrado muitas vezes *joint-ventures*, conglomerados financeiros, com técnica estrangeira.

O SR. MURILO BADARÓ — Senador, a mim me chamou atenção, também, o problema do art. 16, de vez que se a sua redação não fosse muito clara, poderia permitir interpretações, através de tribunais ou de juízes, e via essas interpretações, abrir uma brecha no sistema de proteção à empresa nacional. Verificando de maneira mais adequada o assunto, notamos que o art. 16 do Projeto, de certa maneira, segue o mesmo modelo proposto em vigor na PETROBRÁS, porque está ajustado inclusive à Lei das Sociedades Anônimas, no que se refere à ações preferenciais ao portador. Apenas há um dispositivo, no art. 16, que está desacoplado da legislação brasileira, em matéria de sociedade e que diz o seguinte, no § 1º.

“O efetivo controle será caracterizado, etc, etc, por outros requisitos que venham a estabelecer a Comissão Nacional de Informática...”.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Aí, V. Ex^a pode ficar descansado porque não dou delegação a ninguém. Vou cortar do começo ao fim.

O SR. MURILO BADARÓ — É para isso que queria chamar a atenção de V. Ex^a e não sei se seria o caso...

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — ... de uma maneira geral, estou para lhe fazer estas perguntas, talvez de maneira um pouco impertinente, mas está bem objetivo; se não concordo, não concordo, porque literatura aqui, já tenho ouvido a valer.

O SR. MURILO BADARÓ — Senador, é só o seguinte: essa afirmação que está contida no projeto, ela contraria os objetivos da lei das Sociedades Anônimas.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Esse e por outros quesitos, não há dúvida. Cortando isso, V. Ex^a concorda com o art. 16?

O SR. MURILO BADARÓ — Perfeito, não tenho dúvida alguma quanto a isso. Não sei se seria o caso de explicitar a impossibilidade da existência de ações ao portador, em todo o mecanismo empresarial que gira em torno da informática. É um assunto que V. Ex^a entende muito bem e temos confiança em que a redação será rigorosamente, adequada.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — Temos só três dúvidas, as três dúvidas fundamentais, que são, primeiro que tudo — o pessoal da SEI se estiver aqui presente que me desculpe — mas há uma absorção imensa de poderes pela SEI em todo o projeto, que é mais ou menos, aquilo que o decreto que a criou consigna; é mais ou menos isso. Então, pensamos em fazer, queríamos a opinião de V. Ex^a, ainda não está estabelecido como fato definitivo, um conselho; esse conselho apresenta planos plurianuais, apresenta diretrizes que, submetidas ao Presidente da República, são enviadas ao Congresso Nacional, para a sua aprovação; em função disso, ele baixa resoluções, no setor. Deixamos à SEI para o setor especificamente da computação, dos computadores, da microeletrônica. Tudo que dissesse respeito às atuais atribuições de seu Ministério, isto é, tudo que dissesse respeito a equipamentos, sejam industriais, sejam comerciais, em que o componente digital não fosse o produto final, seria enviado ao Ministério de V. Ex^a ou ao órgão executivo. Aquilo referente à educação — que, aliás, foi uma parte que foi muito pouco tocada nesse projeto, que esse projeto é muito mais de política industrial de informática do que de política de informática — ao Ministério da Educação, aquilo referente à saúde àquele Ministério especializado.

Isso não seria uma forma, justamente, de colocar dentro do cesto todos os órgãos e, ao mesmo tempo, dar uma certa descentralização à execução, havendo uma centralização nas decisões? É o que perguntamos a V. Ex^a.

O SR. MURILO BADARÓ — Há um fato interessante, o Ministério da Indústria e do Comércio já vem atuando em estreita harmonia com a Secretaria Especial de Informática para o uso, por exemplo, no setor da indústria automobilística, de componentes digitais, o que foi uma espécie de abertura, de vez que o mecanismo da Secretaria é muito centralizador. É essa experiência que leva os setores especializados do Ministério a propugnar por uma garantia operacional do órgão, face a essa centralização.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — É mais ou menos o que estamos propondo, não só para o Ministério de V. Ex^a.

O SR. MURILO BADARÓ — Acho que este é o melhor roteiro e se V. Ex^a adotar, no seu substitutivo, essa tese, ela vem ao encontro das aspirações nacionais, e no caso, do melhor interesse público.

O SR. RELATOR (Virgílio Távora) — A última pergunta seria a seguinte: com toda sinceridade, tenho uma interrogação muito grande sobre **joint venture**, principalmente em informática; se eu tivesse a certeza de termos meios e maneiras de me certificar, me garantir dessa capacitação técnico-gerencial do parceiro brasileiro, eu não teria a menor dúvida de, sem dar-lhe nenhum privilégio, concordar com a **joint venture**, naquilo que não fosse a reserva de mercado.

Àquebra da reserva de mercado, faço a comparação, é o mesmo que trator quebrando arbusto e se eu solto a Bourroughs e a IBM aí nessa miríade de empresas que temos aqui, todas elas, montadoras em maior ou menor escala, só aquelas três de microeletrônica vão ao produto inicial, o **chips**; esse daí é um trator quebrando arbustos, não sei se é esta a sua opinião. É um trator no cerrado, quebrando arbustos. O que é que V. Ex^a acha sobre isso?

O SR. MURILO BADARÓ — Acho que V. Ex^a tem razão. Realmente, na área do micro e do minicomputador, a reserva deve ser muito explícita e muito rigorosa. Em outros setores, acho que seria possível, através da explicitação de normas legais, encontrar-se um caminho que permitisse a presença de capital de risco no Brasil e nós poderíamos, inclusive — estou respondendo aqui uma pergunta que me veio — estabelecer, através de um sistema de proteção alfandegária, mecanismos hoje tão

usuais no mercado internacional; uma proteção maior à tecnologia brasileira, ao produto brasileiro. Tudo reside, na minha opinião, como político aí no caso, não é uma opinião muito técnica, é que ..

O SR. (VIRGÍLIO TÁVORA) — Nós somos aqui é políticos e agora temos que ajeitar...

O SR. MURILO BADARÓ — Aqui vai a opinião do político. Se nós formos, neste projeto, dar tratamento emocional, desajustado dos interesses maiores de uma indústria que precisa de proteção do Governo, não essa proteção paternalista e deformadora, que, de certa maneira, responde pela presença hipetrofiada do Estado em todos os setores da vida nacional — será desastrosa essa política de informática, mas se pudermos dar efetiva proteção através de uma lei, clara e explícita, de política informática, nós e o Brasil, todos nós teremos a ganhar muito com isso.

Mas a nossa confiança está em que, formou-se uma comissão de alto nível, de alta qualificação política e intelectual, presidida pelo nosso Líder Freitas Nobre, sob a vice-Presidência do Deputado José Jorge, e tenho como relator um experimentadíssimo homem público que há de oferecer um substitutivo que conciliando as diversas tendências, fará esse projeto ser aprovado.

Na minha opinião, o maior mal que se fará ao Brasil é permitir que esse projeto seja aprovado por decurso de prazo. Seria, eu não diria um crime contra a Nação, mas um erro, que, certamente, projetará seus efeitos nocivos sobre esta e sobre as outras gerações de brasileiros que vão pagar um pesado tributo por isso. É indispensável

que o Congresso, com a sua lucidez habitual, encontre um mínimo de consenso em torno daquilo que, certamente, será produzido pela inteligência e pelo patriotismo desta Comissão, sob as inspirações de um grande relator e de um grande homem público.

O SR. RELATOR (VIRGÍLIO TÁVORA) — Agradecemos as referências feitas por V. Ex^a, Sr. Ministro, e damos-nos por satisfeitos com as explicações de V. Ex^a. Lamentamos apenas que a exigüidade do tempo não nos tenha permitido trocar um diálogo maior com V. Ex^a, já que, tornamos a repetir...

O SR. MURILO BADARÓ — Se for preciso, V. Ex^a me convoca novamente.

O SR. RELATOR (VIRGÍLIO TÁVORA) — Visitá-lo-ei, será melhor.

O SR. PRESIDENTE (José Jorge) — Ao mesmo tempo em que agradecemos a presença do Ministro Murilo Badaró e suas explicações, como já disse, bastante claras, a respeito da opinião do MIC, nós convocamos uma nova reunião desta Comissão, a realizar-se hoje, às 15 horas, na sala da Comissão de Finanças, onde ouviremos o Ministro Haroldo Mattos, Ministro das Comunicações, que certamente também, trará uma opinião bastante esclarecedora.

Agradeço a presença do Sr. Ministro, dos Parlamentares e das demais pessoas, e dou por encerrada esta reunião.

Muito obrigado.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusa as despesas de correio)

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3.000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:

Semestre	Cr\$	3 000,00
Ano	Cr\$	6.000,00
Exemplar avulso	Cr\$	50,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Vísado, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência PSCEGRAF Conta-Corrente nº 920001-2, a favor do:

Centro Gráfico do Senado Federal

Praça dos Três Poderes – Caixa Postal 1.203 – Brasília – DF
CEP 70.160

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Número Comemorativo do 20º Aniversário do Periódico

Está circulando o nº 81 da *Revista de Informação Legislativa*, periódico trimestral de pesquisa jurídica e documentação legislativa, publicado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número contém 420 páginas e circula com um *Suplemento Especial* — “Integração na América Latina” (696 páginas) — e o *Índice da Revista de Informação Legislativa* (nºs 1 a 80).

Sumário do nº 81:

O Poder Legislativo moderno no Estado: declínio ou valorização?

— *Senador Fernando Henrique Cardoso*

A Lei nº 6.515: crítica e autocrítica — *Senador Nelson Carneiro*

O pesquisador e o professor pesquisador no magistério superior —
— *Senador Aderbal Jurema*

A evolução política dos Parlamentos e a maturidade democrática
— O exemplo modelar do Parlamento Inglês — *Almir de Andrade*

História dos Parlamentos: um esboço — *Luiz Navarro de Britto*

O poder constituinte e sua pragmática — *Paulino Jacques*

Constituição, constituinte, reformas — *Clóvis Ramalhete*

Técnica constitucional e nova Constituição — *Josaphat Marinho*

A limitação do poder constituinte — *Fernando Whitaker da Cunha*

Uma Constituição brasileira para o Brasil — *Paulo de Figueiredo*

O direito constitucional e o momento político — *Paulo Bonavides*

Valor e papel do Congresso — *José Carlos Brandi Aleixo*

Imunidades Parlamentares — *Rosah Russomano*

Teoria geral dos atos parlamentares — *José Alfredo de Oliveira Baracho*

O “discurso intervencionista” nas Constituições brasileiras —

— *Washington Peluso Albino de Souza*

O “lobby” nordestino: novos padrões de atuação política no Congresso brasileiro — *Antônio Carlos Pojo do Rego*

O Congresso e o ápice da crise constitucional-tributária — *Ruy Barbosa Nogueira*

Reforma tributária (Emenda Constitucional nº 23, de 1º de dezembro de 1983) — *Geraldo Ataliba, Aires Fernandino Barreto e Cléber Giardino*

A sentença normativa e o ordenamento jurídico (perspectiva político-constitucional) — *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

Sumário do Suplemento Especial — “Integração na América Latina”:

Introdução geral — Modelos de integração regional na Europa e na América Latina e papel das integrações regionais — *Fausto Pocar*

Integração na América Latina — *José Carlos Brandi Aleixo*
Da ALALC à ALADI — *Andrea Comba*

Da ALALC à ALADI — *Luiz Dilermando de Castello Cruz*

O Sistema Econômico Latino-Americano — SELA — *Humberto Braga*

O Grupo Sub-Regional Andino — *Massimo Panebianco*

Mercado Comum Centro-Americano — *José Carlos Brandi Aleixo*
Comunidade do Caribe — CARICOM — *Humberto Braga*

O Tratado da Bacia do Prata — *Anna Maria Villela*

Tratado de Cooperação Amazônica — *Rubens Ricupero*

Modelos de integração na América Latina: a ALADI e o SELA — *Massimo Panebianco*

As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional (com especial atenção aos Estados latino-americanos) — *Antônio Augusto Cançado Trindade*

Textos Básicos

Preço do exemplar (com o Suplemento e o Índice): Cr\$ 2.000,00

Assinatura para 1984 (nºs 81 a 84): Cr\$ 8.000,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal — 22º andar — Brasília, DF — CEP 70.160.

Encomenda mediante cheque visado pagável em Brasília ou vale postal. Atende-se também pelo reembolso postal.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA

(4^a edição — 1982)

Leis e Instruções que regulam as eleições de 1982

Textos atualizados, consolidados, anotados e indexados:

- Código Eleitoral
- Lei Orgânica dos Partidos Políticos
- Lei das Inelegibilidades
- Lei de Transporte e Alimentação
- Lei das Sublegendas

Legislação alteradora e correlata.

Instruções do Tribunal Superior Eleitoral.

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas

— Senado Federal (22º andar do Anexo I) —
Brasília, DF — CEP 70160, ou mediante vale postal
ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da
Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Fede-
ral). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

Preço: Cr\$ 1.500,00

REFORMA ADMINISTRATIVA

ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL

Decreto-Lei nº 200, de 1967

Texto atualizado e anotado

Legislação alteradora

Legislação correlata

4ª edição — 1984



À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas,
Senado Federal, 22º andar. Brasília, DF — CEP 70160

Encomenda mediante cheque visado
pagável em Brasília ou vale postal.

Atende-se, também, pelo reembolso postal.

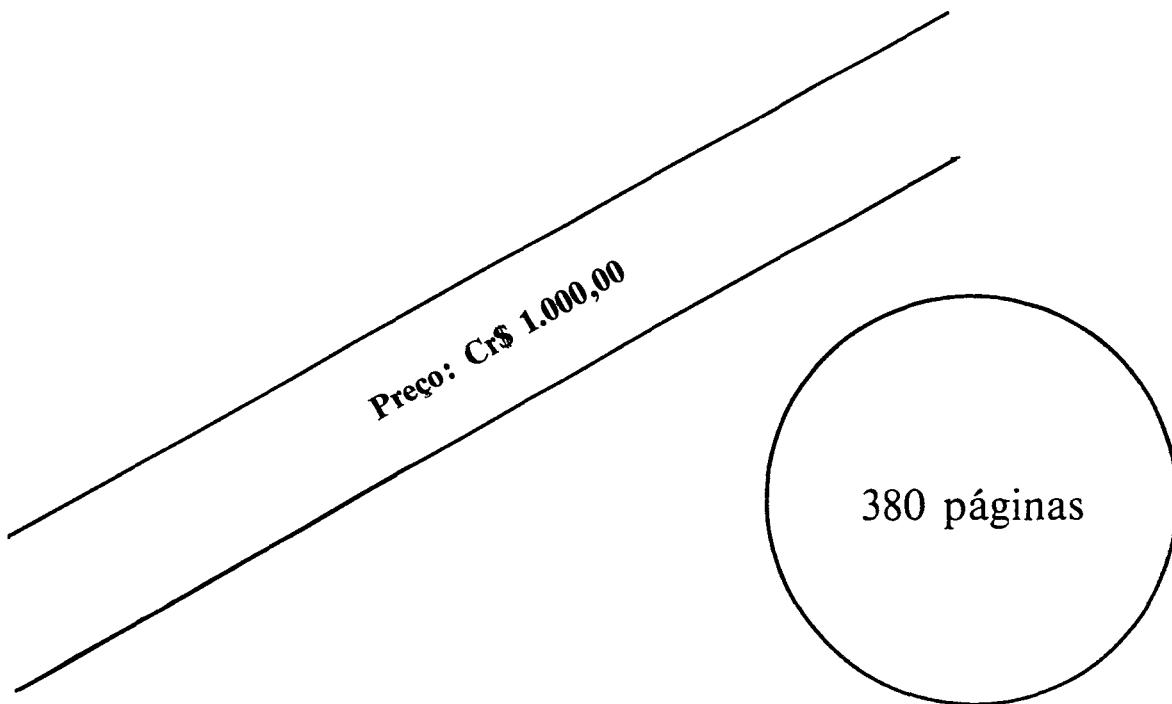
CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

QUADRO COMPARATIVO (4^a edição)

Texto constitucional vigente (incluindo a Emenda Constitucional nº 22/82) comparado à Constituição promulgada em 1967 e à Carta de 1946.

152 notas explicativas, contendo os textos dos Atos Institucionais e das Emendas à Constituição de 1946.

Índice temático do texto constitucional vigente.



À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal (22º andar do Anexo I) — Brasília, DF — CEP: 70160, ou mediante vale postal ou cheque visado pagável em Brasília (a favor da Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal). Atende-se, também, pelo reembolso postal.

**Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF**

EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 50,00